



**ATA 1973ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br

1 Aos treze dias do mês de maio de dois mil e dezessete, às nove horas e
2 vinte minutos, realizou-se a milésima noningentésima septuagésima terceira
3 reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo
4 – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 25
5 (vinte cinco) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e suplentes, a seguir
6 indicadas/os: Andrea Mataresi, Aristeu Bertelli da Silva, Clarice Pimentel
7 Paulon, Evelyn Sayeg, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Maria Rozinetti
8 Gonçalves, Monalisa Muniz Nascimento, Regiane Aparecida Piva, Reginaldo
9 Branco da Silva, Rodrigo Toledo, Suely Castaldi Ortiz da Silva, Vinicius
10 Cesca de Lima, Beatriz Marques de Mattos, Bruna Lavinias Jardim Falleiros,
11 Ed Otsuka, Edgar Rodrigues, Ivana do Carmo Souza, Ivani Francisco de
12 Oliveira, Larissa Gomes Ornelas Pedott, Magna Barboza Damasceno, Márcio
13 Magalhães da Silva, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri,
14 Mary Ueta, Maurício Marinho Iwai e Rodrigo Fernando Pesotto. Esteve
15 presente também a gestora da Subsede de São José do Rio Preto, Luiza
16 Emília Sanches Ayala Pitangui. **INVERSÃO DE PAUTA** – O conselheiro
17 Rodrigo Fernando Presotto solicita que, excepcionalmente, a plenária tenha
18 início com a discussão do assunto ‘Avaliação e encaminhamentos sobre a
19 manifestação das assistentes técnicas a respeito do processo de
20 interiorização da COE’, portanto, uma inversão de ponto de pauta.
21 **Posicionamentos da plenária:** **(1)** A conselheira Evelyn Sayeg discorda da
22 solicitação e pede para que seja mantida a ordem preestabelecida de pauta,
23 inclusive com os pontos remanescentes. **(2)** Já a conselheira Regiane
24 Aparecida Piva defende a inversão de pauta, sinalizando a importância de
25 que seja resolvida a questão pelo plenário. Coloca que houve manifestação
26 de conselheiras/os de que o ponto é fundamental para continuidade dos
27 trabalhos da gestão e propõe que se encaminhe para votação. **(3)** No mesmo
28 sentido, a conselheira Beatriz Marques de Mattos entende a importância da
29 discussão do ponto. Sugere rever o modo de organização da plenária e os
30 demais assuntos pautados. Previne da necessidade de realizar mais
31 plenárias, visto que uma por mês parece não ter sido suficiente para discutir
32 todos os assuntos pautados. Sugere que as plenárias ocorram também às
33 sextas-feiras e aos sábados. **(4)** O conselheiro tesoureiro Vinicius Cesca de



34 Lima adverte que já houve acordo sobre a organização da pauta. Foi
35 combinado que nas plenárias que antecedem à APAF, esta é prioridade.
36 Expõe que o que é deliberado em plenária não se cumpre. Não há respeito a
37 acordos firmados, o que é grave. **(5)** O conselheiro Guilherme Rodrigues
38 Raggi Pereira concorda com a discussão do ponto. Preocupa-se com o fato
39 de não poder rever a posição quando necessário, que é preocupante e que
40 precisa ser discutida. **(6)** A conselheira Monalisa Muniz Nascimento reitera a
41 fala do conselheiro Guilherme Raggi e analisa que tomamos decisões e
42 depois nos deparamos com dinâmicas e questões após essas decisões,
43 sendo assim, é necessário rever o que tínhamos acordado. **(7)** A conselheira
44 Bruna Lavinias Jardim Falleiros avalia que é delicado legitimar esta dinâmica
45 e julgar que é válido, o que se aprova em uma plenária e rever na seguinte,
46 porque envolve nossa responsabilidade enquanto conselheiras/os.
47 Complementa que, ainda que sejamos novos nessa função, temos que nos
48 apropriar do que fazer neste espaço. Já se passaram sete meses de gestão
49 e ocorre esse engessamento. O que se delibera, retoma-se para nova
50 discussão, parece que não se sabe o que se faz. **(8)** O conselheiro
51 presidente Aristeu Bertelli da Silva sinaliza que se está tomando uma
52 dinâmica de casuísmo, que rompe a segurança regimental do exercício da
53 plenária. A pauta tem alguns pontos fixos que serão tratados na ordem como
54 devem ser tratados. A pauta possui uma prioridade que foi aprovada, que é o
55 ponto de APAF. E essa prioridade será cumprida. A pauta tem pontos
56 priorizados e pontos que foram apontados. Vencidos os pontos originais e os
57 pontos remanescentes, se pode discutir, conforme feito anteriormente, à
58 inserção de pontos novos ou até mesmo inversão de algum ponto. Este
59 plenário priorizou esses pontos e agora por casuísmo tenta impedir o
60 prosseguimento dos trabalhos deste Conselho. Impedir a atuação da
61 Diretoria no exercício de executar aquilo que o plenário delibera. **(9)** A
62 conselheira Regiane Aparecida Piva pede que seja votado o assunto e que
63 não foge ao regimento quando faz a proposta. Informa que o ocorrido foi
64 entre as duas plenárias e que foi enviado e-mail para todo o plenário e
65 diretoria apontando necessidade de pauta. Pede, então, que se coloque em
66 votação. Se o coletivo entender que não é prioridade, continuam-se a ordem
67 dos trabalhos. Conforme regimento no início dos trabalhos a plenária pode
68 priorizar os pontos. O que se apresenta é uma nova proposta em relação à
69 ordem que o conselheiro Rodrigo Presotto aponta. Não se pode ter esse tipo
70 de autoritarismo como quando se 'diz as coisas vão ser assim, quando se



71 aponta, quando se tem uma questão de ordem pedindo prioridade de ponto’.

72 Acrescenta que consta no regimento que no início dos trabalhos a plenária

73 priorize os pontos. São feitas algumas acusações, as quais estão registradas

74 e devem constar em Ata. O plenário está trabalhando de forma tensa, não

75 precisaria ser assim, mas a situação persiste. Foram feitas diversas reuniões

76 para tentar resolver, por isso, defende que se vote o assunto, que a mesa

77 coloque em votação. **(10) Questão de ordem**, o conselheiro tesoureiro

78 Vinicius Cesca de Lima o disposto alegado pela conselheira Regiane

79 Aparecida Piva não existe menção no regimento de que no início dos

80 trabalhos as/os conselheiras/os farão a discussão sobre os pontos. **(11)** O

81 conselheiro Rodrigo Presotto discorda da acusação de oportunismo e

82 casuísmo, reafirma a necessidade de discussão do ponto e diz que a

83 plenária é soberana. Neste sentido e, em respeito ao segmento democrático

84 dos trabalhos, pede votação. **(12) Questão de ordem**, o conselheiro

85 tesoureiro Vinicius Cesca de Lima em consulta ao Regimento Interno expõe

86 que a plenária não é soberana para revisar o regimento. A disposição

87 regimental não prevê o disposto que as/os conselheiras/os defendem. As/Os

88 conselheiras/os podem incluir pontos novos, adiar discussão e prorrogar o

89 tempo das reuniões, portanto, este plenário não é soberano para passar

90 sobre o regimento interno. **(13)** O conselheiro presidente Aristeu Bertelli da

91 Silva solicita que seja indicado onde está o disposto no regimento que aponta

92 a inversão dessa natureza. Não havendo o apontamento no regimento, serão

93 retomados os trabalhos, conforme necessário. **(14)** O conselheiro Rodrigo

94 Presotto insiste no pedido de inversão da pauta, afirma que não está

95 negligenciando a discussão dos pontos pautados e justifica o pleito de

96 inversão em função da relevância do ponto. Que se encaminhe para votação.

97 **(15)** O conselheiro presidente Aristeu Bertelli da Silva salienta que o pedido

98 de inversão de pauta não guarda apoio, não vê subsídios regimentais. A

99 autarquia enquanto órgão do Estado pode cumprir aquilo que consta em

100 regimento, em legislação. Não pode por pura e simples conveniência inovar.

101 Aos órgãos do Estado cumprem exercer o que rege a lei e não inovam a lei.

102 Aquilo que não consta em lei, os órgãos do Estado não pode fazer. Não

103 havendo dispositivo regimental que permita a ação, seguiremos com a pauta

104 conforme consta. E se por ventura quando terminar os pontos essenciais, os

105 pontos prioritários da pauta, conforme consta no plenário e superada a

106 questão como foi em plenárias anteriores, poderemos votar a inversão da

107 pauta. Neste momento não há o que subsidie a solicitação. **(16) Questão de**



108 **ordem:** registra-se em ata que a conselheira Regiane Aparecida Piva
109 concorda com a inversão de pauta solicitada pelo conselheiro Rodrigo
110 Fernando Presotto e negada pela mesa diretora. Considera a questão de
111 inversão de pauta fundamental para o bom andamento dos trabalhos e o
112 bom andamento desta gestão. Avalia que houve abuso da diretoria em
113 relação à solicitação feita pelo conselheiro Rodrigo Fernando Presotto e
114 acrescenta que é muito difícil conseguir dialogar de forma democrática,
115 quando a Diretoria passa por cima do um e-mail de 14 conselheiras/os,
116 solicitando que não fizesse uma ação antes de discutir em plenária. O ponto
117 foi pautado, foi contemplado, mas a conselheira não se vê na condição de
118 discutir algo que considera fugir eticamente em relação às defesas enquanto
119 grupo político. Avalia que houve não um problema de hierarquia, mas sim, de
120 abuso de poder. Faz defesa para discutir as relações de poder, com que o
121 plenário está se organizando e inclusive em relação a funcionárias/os. **(17)** O
122 conselheiro Márcio Magalhães da Silva pede para que fique registrado que
123 concorda com tudo o que a conselheira Regiane Aparecida Piva falou. Que
124 acontece o oportunismo e casuísmos quando se faz acordos políticos e em
125 outros momentos, apela-se para o regimento e normas quando conveniente.
126 Nem sempre as normas são cumpridas, muitas vezes pela própria diretoria.
127 Solicita ao plenário que se manifeste se concorda ou não com a colocação
128 da conselheira Regiane Aparecida Piva. **(18)** A conselheira Bruna Lavinias
129 Jardim Falleiros coloca duas questões: a primeira, que é importante quando
130 as pessoas dizem “nós ou este plenário”. É preciso revelar quem são os
131 “nós” nomeando-os, enquanto alguém que fala em nome de um coletivo. E a
132 segunda, é que não concorda com a fala da conselheira Regiane Aparecida
133 Piva. Pede para que se inicie a plenária. **(19)** O conselheiro Rodrigo Presotto
134 endossa a fala da conselheira Regiane Aparecida Piva, defende a priorização
135 da pauta e não acredita que afere o regimento no sentido que é algo
136 perfeitamente factível dentro da nossa dinâmica e também nos permite dar
137 prioridade às outras pautas que também são essenciais para a continuidade
138 dos trabalhos. Mas afirma ser um pedido, uma solicitação em virtude da
139 relevância e concordando também com o que a conselheira Regiane
140 Aparecida Piva colocou. **(20)** A conselheira Beatriz Marques de Mattos
141 destaca seu apoio à inversão como as/os conselheiras/os Regiane Aparecida
142 Piva, Rodrigo Fernando Presotto e Márcio Magalhães da Silva solicitaram.
143 **(21)** A conselheira Suely Castaldi Ortiz da Silva também concorda com a
144 inversão de pauta. Em resposta ao que o conselheiro presidente apontou,



145 coloca que sempre tentamos cumprir a lei, mas a lei é algo que se interpreta.
146 Para cada situação, vamos tentando encontrar um sentido e tentamos
147 cumprir, porém há momentos que temos abertura. Está vivenciando o outro
148 lado do que ocorreu, não consegue ficar em paz com a situação, pois tem
149 impacto direto no processo de trabalho e no cotidiano. Se todas/os fossem
150 um pouco mais flexíveis já se teria começado a plenária. Deve-se priorizar,
151 pois a discussão do ponto requerido pode não ocorrer hoje. **(22)** A
152 conselheira Monalisa Muniz Nascimento reitera a fala da conselheira
153 Regiane Aparecida Piva. Acredita que é legítimo querer discutir a inversão de
154 pauta. É complicado o CRP que defende os direitos humanos não cuidar do
155 tema dentro de sua na própria casa. **(23)** O conselheiro Ed Otsuka considera
156 incomodo que se retome novamente o mesmo ponto. Já foi discutido sobre a
157 solicitação de mudança de ordem de pauta e tínhamos concordado em
158 respeitar a ordem, pois todas são importantes e têm sua relevância. As
159 pautas têm razões e relevâncias para serem discutidas. Se respeitássemos,
160 os trabalhos aconteceriam naturalmente. Inversões ou pular pautas é
161 complicado, pois é preciso pensar no coletivo e seguir a ordem dos
162 trabalhos. **(24)** O conselheiro Guilherme Rodrigues Raggi Pereira faz leitura
163 do art. 53 do Regimento Interno. Concorda com o que a conselheira Suely
164 Castaldi Ortiz da Silva coloca, de que a lei é possível de ser interpretada.
165 Discutir ou não o ponto é uma questão de acordo. Estamos em desacordo há
166 bastante tempo e precisamos priorizar um ponto que é muito importante e diz
167 respeito ao processo de trabalho. **(25) Questão de ordem**, o conselheiro
168 tesoureiro Vinicius Cesca de Lima faz uma reparação no ponto de vista
169 regimental. Há previsão de inclusão de pontos novos, mas eles são
170 necessariamente apreciados no final. É isso que o regimento estabelece.
171 Não haveria inclusão de ponto no início da pauta até prevendo a própria
172 dinâmica estabelecida e respeitando a ordem do tempo cronológico de envio
173 de pontos de pauta, que depõe inclusive contra a inversão de pauta nestas
174 condições do Regimento. **(26)** O conselheiro Márcio Magalhães da Silva
175 sugere que após discutir o ponto da APAF, possa ser discutido o ponto 18.
176 **(27)** O conselheiro presidente Aristeu Bertelli da Silva reafirma que
177 terminados os pontos fixos, será possível fazer as questões de ordem. **(28)** O
178 conselheiro Márcio Magalhães da Silva faz a leitura do 2º parágrafo do artigo
179 53 do Regimento Interno e reitera que estamos deliberando ao contrário.
180 Estamos pedindo para que seja colocado em votação, para que as pessoas
181 que se manifestaram pela inversão ou não, votem. **(29) Questão de ordem**,



182 o conselheiro tesoureiro Vinicius Cesca de lima, expõe que o conselheiro
183 Márcio Magalhães da Silva faz leitura descontextualizada do parágrafo 2º,
184 sem ler o parágrafo 1º do art. 53 que estabelece as possibilidades de
185 alteração da ordem. E quando ele estabelece a possibilidade de alteração de
186 ordem é de adiar matérias. Não há previsão de antecipar matérias. Mantidas
187 as disposições anteriores que têm pontos que são de informes,
188 comunicações, que são pontos fixos, que é exatamente o que está sendo
189 previsto, esgotada essa previsão, será discutida a ordem dos outros pontos.
190 **(30)** A conselheira Mary Ueta afirma ser contrária ao posicionamento da
191 conselheira Regiane Aparecida Piva e concorda que haja votação prioritária
192 da pauta. **(31)** A conselheira Ivana do Carmo Souza registra sua
193 preocupação no sentido de que conselheiras/os de outras cidades não
194 conseguem participar até o final das plenárias, que há vários pontos
195 importantes que precisam ser votados e as/os conselheiras/os do interior não
196 conseguem participar das votações, pois tem de sair antes. Propõe que se
197 possa pensar nessa situação para as próximas plenárias, a fim de que se
198 discuta todo o necessário. Não vê objeção na inversão da pauta. **(32)** O
199 conselheiro presidente Aristeu Bertelli da Silva pede para que não se coloque
200 em disputa entre capital e interior, pois não é o total de conselheiras/os que
201 se sentiram descontempladas/os. Será feito de acordo com o regimento,
202 alguns pontos foram repautados por solicitação de conselheiras/os. Quem dá
203 o ritmo da plenária é o plenário. Enquanto ficarmos em discussão infrutífera
204 por ponto que não está escorado em regimento, novamente, informa que o
205 ponto que consta como 18 da pauta não foi descontemplado. Está havendo
206 uma discussão estéril, pois a inversão do ponto não encontra apoio
207 regimental. **(33)** O conselheiro Mauricio Marinho Iwai sinaliza que se cada
208 vez que alguém tiver uma prioridade, fizer pedido de inversão, não dará
209 tempo de discutir os pontos da pauta, que são todos importantes. A
210 flexibilidade tem que vir dos dois lados. Coloca-se contrário a inversão e que
211 considerem que já houve flexibilidade. Há outros pontos relevantes a serem
212 tratados também. **(34)** A conselheira Evelyn Sayeg reforça que não se está
213 discutindo que o ponto não é importante, mas sim que precisam discutir os
214 pontos priorizados, não se pode ir para a APAF sem preparo, porque não se
215 consegue respeitar o que este próprio plenário determinou. Sente-se
216 desrespeitada, porque toda vez que o conselheiro Rodrigo Presotto vem à
217 plenária, coloca um assunto muito importante e o plenário tem que inverter e
218 priorizar seu ponto. É muito difícil trabalhar dessa forma, uma vez que todos



219 os pontos são importantes. Registra que é contrária à inversão e é a favor do
220 andamento da pauta da plenária. Além disso, reforça que está cansada de
221 discutir aquilo que é mais ou menos importante sob a ótica de poucos. **(35)** A
222 conselheira Bruna Lavinias Jardim Falleiros pede que se registre em ata que
223 a demanda não está sendo negligenciada. Ao contrário, seria se tivéssemos
224 recebido e só cuidado dela neste momento, um mês após, dentro do espaço
225 da plenária. Vários encaminhamentos foram dados para dar conta desta
226 demanda. Os processos de trabalhos no CRP estão sendo cuidados. **(36)** O
227 conselheiro Edgar Rodrigues manifesta-se em apoio à fala da conselheira
228 Regiane Aparecida Piva e concorda que o assunto é importante, apesar do
229 regimento. Para as/os conselheiras/os que estão junto às/os funcionárias/os
230 nas subsedes, a questão reflete muito mais forte. Enquanto não for possível
231 discutir este assunto, não tem sentido debater os demais pontos.
232 Justamente, da maneira que foi feito pela diretoria, que não respeitou a
233 solicitação de 14 conselheiras/os, mostra a dificuldade de diálogo. Não
234 adianta ir para a APAF com demanda atrasada. **(37)** O conselheiro
235 presidente Aristeu Bertelli da Silva reitera só que a diretoria não negligenciou
236 o ponto, tanto que ele é o ponto número 18 da pauta. **(38)** A conselheira
237 Ivana do Carmo Souza esclarece que não está falando de disputa entre
238 interior e sede. Coloca que tem pessoas falando e não estão sendo ouvidas.
239 Pergunta por que somos um coletivo, se não ouvimos o coletivo? Propomos
240 uma reunião com pauta grande e sabemos que não daremos conta. Quem
241 faz a pauta prioriza algumas questões, que não podem ser modificadas. É
242 sabido que não daremos conta da pauta, então necessitamos propor metas
243 possíveis ou repensar como fazer nossas reuniões. **(39)** O conselheiro
244 presidente Aristeu Bertelli da Silva solicita que se deixe evidente no registro a
245 despeito do que se fala em relação a não sermos escutados. Temos registro
246 de 30 falas e 5 pontos de questão de ordem. A despeito do que se fala de
247 não sermos escutados, a plenária continua discutindo já são 10h e 10
248 minutos, não foram iniciados os trabalhos desta plenária porque se quer
249 discutir um ponto que não encontra dispositivo no regimento. **(40)** O
250 conselheiro tesoureiro Vinicius Cesca de Lima entende que não há nenhuma
251 prioridade que se sobreponha à APAF, lugar construído historicamente como
252 espaço soberano de deliberação do Sistema Conselhos de Psicologia,
253 abaixo apenas do Congresso Nacional da Psicologia. **(41)** O conselheiro
254 Márcio Magalhães da Silva afirma que não haveria problema esperar chegar
255 ao ponto 18 se a diretoria tivesse respeitado, atendido o solicitado, de não



256 dar advertência a uma funcionária enquanto o assunto não tivesse sido
257 discutido em plenária. Em relação à APAF, conselheiras/os concordam que é
258 prioridade, mas enquanto não conseguirmos estabelecer um diálogo para
259 resolvermos o problema, os conselheiros Vinicius e Aristeu e a delegação da
260 APAF não o representam. Lamenta ter chegado a esse ponto, mas se não
261 resolver os problemas internos, causando sofrimento para as funcionárias, os
262 conselheiros supramencionados não o representam, pois não há confiança.
263 Não sabe se o que for discutido em plenária será colocado na APAF. **(42)** A
264 conselheira Beatriz Marques de Mattos em diálogo com a fala da conselheira
265 Bruna Lavinias Jardim Falleiros, entende que esta plenária é sim negligente
266 em relação ao ponto, uma vez que a manifestação das ATs está ocorrendo
267 há dois meses e não houve movimento de discussão do tema. Depois, esse
268 tema foi levado via e-mail no dia 20 de abril de 2017 para todas/os as/os
269 conselheiros/as e mais uma vez, não foi ouvido ou conversado. Houve
270 posicionamento de outras/os conselheiros, tal como o conselheiro Reginaldo
271 Branco da Silva que em mensagem no *whatsapp* colocou a necessidade de
272 discutirmos e não houve resposta nenhuma. Em resposta ao conselheiro
273 presidente Aristeu Bertelli da Silva e à conselheira Ivana do Carmo Souza,
274 ser ouvido não necessariamente estamos sendo ouvidos. É possível estar
275 neste espaço ouvindo o que se está falando, não compreendendo e não
276 querendo assimilar o que se diz. Questiona com a conselheira Bruna Lavinias
277 Jardim Falleiros como o processo está sendo cuidado em sua subsede, pois
278 o que vê é funcionárias em sofrimento, funcionárias psicólogas, colegas de
279 profissão. Em atenção à colocação do conselheiro tesoureiro Vinicius Cesca
280 de Lima, quando pensa em um movimento político dentro do CRP é em um
281 movimento político que tem cuidado com as/os trabalhadoras/es bem como,
282 nos espaços em que elas/es atuam. Assim indaga como estamos cuidando
283 das/os nossas/os funcionárias/os. São psicólogas/os que estão nestes
284 espaços. Avalia que o assunto não foi cuidado pela Diretoria da maneira que
285 deveria, por isso é importante a prioridade do ponto de pauta. **(43)** A
286 conselheira Bruna Lavinias Jardim Falleiros não vai responder, porque
287 considera que iria desenrolar várias outras questões que envolvem outras
288 instâncias do CRP. Dentre estas, problemas com os próprios cuidados com
289 as/os funcionárias/os que, inclusive, têm processos com mais tempo que
290 esse. Encaminhamentos práticos já estão sendo desdobrados, já foram
291 dados. Talvez não se tenha conseguido ter acesso ao e-mail, mas
292 encaminhamentos foram feitos a partir dos desdobramentos. Ressalta que a



293 questão está sim sendo tratada na subsede e tem expectativa que nos outros
294 espaços também. **(44)** O conselheiro presidente Aristeu Bertelli da Silva
295 informa que em não havendo subsídio que sustente a inversão de pauta,
296 será seguida a pauta conforme proposta. **ORDEM DO DIA: I) INFORMES –**
297 **1.1) Justificativas de Ausência** - Foram consideradas as justificativas de
298 ausência das/os demais conselheiras/os: Luciana Stoppa dos Santos e Maria
299 das Graças Mazarin de Araújo e Beatriz Borges Brambilla. Camila Teodoro
300 Godinho está afastada temporariamente, conforme deliberação da 1959ª
301 Plenária Ordinária, de 18 de fevereiro de 2017. **1.2) GT Psicologia Todo**
302 **Dia, Em Todo Lugar** – Evelyn Sayeg informa que se trata de discussão
303 sobre o projeto da gestão. O GT, criado para elaborar e apresentar uma
304 proposta ao plenário para o projeto, está no processo de elaboração dessa
305 proposta, mas não conseguiu finalizá-la. Assim, pede desculpas em nome do
306 GT, pois não será possível apresentar nesta plenária o projeto. Relata que o
307 GT vem trabalhando acerca das metodologias e em algumas diretrizes que
308 querem seguir, para pensar na forma prática de expor a categoria e
309 sociedade. Também estão considerando como organizar o workshop e a
310 oficina sugeridos em plenária. **1.3) Prioridade das tarefas de COE e COF** –
311 Aristeu Bertelli da Silva solicita ao plenário que sejam priorizadas todas as
312 atividades relativas às Comissões de Ética e de Orientação e Fiscalização,
313 para que sejam evitados acúmulo de demandas. Assim, as agendas das/os
314 conselheiras/os deve priorizar as atividades dessas duas Comissões. Pontua
315 que o assunto será discutido durante a aprovação do calendário, de modo a
316 que possa propiciar maior participação de conselheiras e conselheiros.
317 Regiane Aparecida Piva comenta sobre a grande dificuldade para fechar o
318 quórum de uma Plenária Ética, conforme e-mails trocados sobre o assunto.
319 Assim, sem prejuízo da organização feita pela coordenadora técnica da COE
320 Luciana Mantovani, para plenárias, sugere que a Secretaria faça a
321 convocatória também para as Plenárias Éticas. Até para termos espaço para
322 formalizar justificativas de ausências. Sugere, também, que nas atas de
323 Plenárias Éticas constem também justificativas de ausências. **1.4) Gargalos**
324 **na Tramitação de Processos Éticos** – A coordenadora técnica da
325 Comissão de Ética, Luciana Mantovani, apresenta informa sobre os gargalos
326 na tramitação de processos éticos. O número de Processos Disciplinares
327 Éticos com esclarecimentos prévios aguardando elaboração de resumo para
328 Parecer era de 84 (oitenta e quatro), em 10/10/2016; 76 (setenta e seis), em
329 20/12/2016 e 85 (oitenta e cinco), em 03/05/17. O número de processos em



330 trâmite na COE vem aumentando a cada ano: 365 (trezentos e sessenta e
331 cinco) em 2013, 464 (quatrocentos e sessenta e quatro) em 2014, 514
332 (quinhentos e quatorze) em 2015, 537 (quinhentos e trinta e sete) em 2016 e
333 atualmente há 565 (quinhentos e sessenta e cinco). Relata que a COE conta
334 com 3 (três) estagiários, que produzem resumos de processos para 3 (três)
335 reuniões de COE ao mês. Nessas reuniões são aprovados, em média, 9
336 (nove) pareceres ao mês. Desde a gestão passada, pensou-se numa forma
337 de enfrentamento desse 'gargalo' e foi sendo desenhado um projeto de
338 regionalização das reuniões de COE. As reuniões de COE na Subsede do
339 Grande ABC e do Vale do Paraíba e Litoral Norte foram iniciadas na gestão
340 passada. Nesta gestão, iniciou-se a realização de reuniões nas Subsedes de
341 Assis e de Santos. Isso fez com que, recentemente, se ampliasse o número
342 de PDEs apreciados para aproximadamente 21 (vinte e um) ao mês. Em
343 maio serão capacitadas as assistentes técnicas das subsedes de Bauru e
344 Ribeirão Preto. Estão sendo disponibilizados estagiários de Psicologia para
345 fazerem resumos de PDEs, Atas de Reuniões e prestarem apoio às
346 Assessorias de COE nas Subsedes regionalizadas. Já há estagiários nas
347 Subsedes do Grande ABC, de Santos e do Vale do Paraíba e Litoral Norte. A
348 previsão é que, se todas as Subsedes tiverem regionalizadas as reuniões de
349 COE até o final do ano, esse 'gargalo' diminuirá e, a partir de 2018, ao invés
350 de reuniões mensais, as Subsedes poderão vir a fazer reuniões de COE
351 bimestrais. Um segundo 'gargalo' está nas Plenárias Éticas. No dia 03/05/17
352 havia 34 (trinta e quatro) Pareceres PDE FP e 13 (treze) Reconsiderações
353 aguardando nomeação e apreciação em Plenária Ética. Reforça que esse
354 dado já não considera as nomeações para maio e junho. Relata ainda que,
355 como algumas subsedes estão fazendo Pareceres, há mais Pareceres para
356 serem apreciados em Plenária. Estima-se que cada Plenária Ética possa
357 apreciar em média aproximadamente 4(quatro) Pareceres (se não houver
358 Reconsideração). No segundo semestre será necessário realizar uma
359 quantidade maior de Plenárias Éticas que o usual. Assim, informa que estão
360 sugerindo a realização de 4 (quatro) Plenárias ao mês no segundo semestre,
361 sendo 3 (três) Éticas e 1 (uma) de Julgamento. E também realização de
362 Plenárias Éticas aos sábados para que mais conselheiras/os possam compor
363 o quórum. O terceiro 'gargalo' está na fase de Instrução Processual. Em
364 03/05/17, na fase de Instrução Processual 41 (quarenta e um) processo na
365 Sede, 02 (dois) em Assis, 03 (três) na Baixada Santista e Vale do Ribeira, 08
366 (oito) em Campinas, 03 (três) no Grande ABC, 01 (um) em Ribeirão Preto, 01



367 (um) em São José do Rio Preto, 14 (quatorze) em Sorocaba, 02 no Vale do
368 Paraíba e Litoral Norte e nenhum em Bauru. Observa-se, portanto, que o
369 'gargalo' em CIs é concentrado em 3 regiões, quais sejam: Sede, Sorocaba e
370 Campinas. Assim, entende-se que se exige um projeto específico,
371 considerando as peculiaridades de cada região. A Sede está, atualmente,
372 com 18 (dezoito) CIs em andamento, Sorocaba com 3 (três) e Campinas com
373 2 (duas). Dessa forma, Luciana Mantovani solicita que no próximo semestre
374 o número de Plenárias Éticas sejam ampliadas para 12 (doze), considerando
375 esse gargalo. Considerações do Plenário: 1) Regiane Aparecida Piva
376 comenta que, quando recebeu a informação por e-mail, teve dúvida porque
377 não conseguiu acessar o Portal da Transparência. Gostaria de ter
378 informações de todas as fases dos processos, citando como exemplo, o
379 quadro de instruções e os processos em tramitação. Questiona se os 34
380 (trinta e quatro) pareceres que aguardam nomeação estão prontos para
381 passar em plenária, o que é informado que sim. Comenta que sabe que se
382 trata de um informe, mas enquanto plenária, não sabe se haverá alguma
383 ação para dar conta disso. 2) Evelyn Sayeg comenta que em uma APAF foi
384 deliberado um GT para construir um Portal da Transparência do Sistema
385 Conselhos. Assim, pondera que, provavelmente, o que foi consultado é esse
386 Portal e não o do CRP SP. 3) Vinicius Cesca de Lima complementa que na
387 plenária de dezembro foi feito informe sobre o Portal. O CFP finalizou o
388 Portal da Transparência para todo o Sistema e o CRP SP precisa, por
389 decisão do Sistema, se adequar ao modelo do Portal Nacional. Assim,
390 informa que estão em processo de negociação para personalizar a área do
391 CRP SP, com os dados que não mais seriam divulgados, mas que este CRP
392 SP tem interesse de divulgar. Informa que o prazo para encerrar esse
393 processo é no final do mês. Luciana Mantovani esclarece que os 34 (trinta e
394 quatro) processos citados por Regiane Piva estão prontos para passar em
395 Plenária. Esclarece ainda que estão disponíveis no Portal da Transparência
396 dados até o final do ano de 2016. Assim, informa que pode encaminhar por
397 e-mail os dados atuais, por e-mail, às/aos conselheiras/os e que em breve
398 haverá outros pareceres, a depender da regionalização. Reforça, ainda, que
399 há 13 (treze) reconsiderações aguardando nomeação e apreciação em
400 Plenária Ética. Novas considerações do plenário: Regiane Aparecida Piva
401 concorda com proposta de Luciana Mantovani, de encaminhar os dados
402 atuais para as/os conselheiras/os. 2) Rodrigo Fernando Presotto avalia que



403 essas questões não estão relacionadas à gestão política, há uma questão da
404 própria organização enquanto Conselho. No momento a questão se relaciona
405 a processos de trabalho, que devem ser discutidas entre a COE e a
406 Comissão Gestora de Campinas. A respeito da questão levantada sobre a
407 Subsede de Campinas, Luciana Mantovani suscita que alguns processos
408 foram encaminhados a pouco e outros já estavam na Subsede. Comenta que
409 Rita de Cássia Assunção manifestou dificuldade em relação a agenda
410 apresentada pelo jurídico. A COE respondeu formalmente que organizou
411 com o Jurídico a agenda para comparecer em Campinas. Explica que os
412 julgamentos não foram expostos enquanto 'gargalos'. Mas que é uma
413 questão que existe e que para resolver a questão pela ampliação das plenárias
414 éticas. Aristeu Bertelli da Silva salienta que o calendário para o segundo
415 semestre está pautado e será apreciado nesta plenária. **1.5) Mediação -**
416 Bruna Lavinias Jardim Falleiros comenta que no momento contam com 12
417 (doze) mediadores para dar início à implementação efetiva da mediação nos
418 processos. Nas Plenárias Éticas foi importante pensarmos como se dará isso
419 na prática. Há discussão no CFP com regionais a respeito da implementação
420 da mediação, com dificuldades, desafios considerando as especificidades
421 territoriais. Dia 20 de maio será realizada a reunião de alinhamento com os
422 mediadores, e já será possível começar o convite para as partes participarem
423 do processo de mediação. Informa que, junto com a Comunicação, estão
424 pensando em uma estratégia para informar a categoria sobre o processo e
425 que a ênfase da mediação é de apresentar proposituras e resolução.
426 Acrescenta que dos 12 (doze) mediadores aprovados, um é de São Bernardo
427 do Campo, um da Baixada Santista e outro de São José do Rio Pardo. **1.6)**
428 **Informe sobre o Projeto Piloto da Comissão de Processos Legislativos -**
429 Evelyn Sayeg informa que estão sendo iniciados os trabalhos da Comissão,
430 com o cuidado na questão de regionalização da CPL. Já está combinado
431 com a Subsede de Ribeirão Preto que o processo será feito lá, onde já há um
432 colaborador, Dario Henrique Teofilo Schezzi, interessado. Solicita ainda que
433 sejam indicados aqueles colaboradores que se interessam e que têm acesso
434 às Câmaras Municipais. Sobre o projeto, comenta que se trata de uma
435 questão específica para avaliação e que todas/os estão convidadas/os a
436 compor com a CPL. Levanta a possibilidade de a CPL, pelo CRP, pautar o
437 legislativo e executivo para a construção de projetos de lei a respeito de
438 questões que o CRP julgar importantes. Larissa Ornelas comenta que se
439 nota que muitas matérias tem relação com o Núcleo de Educação e é



440 necessário elencar os prioritários. Na região de Ribeirão Preto, Beatriz
441 Mattos e Dário Henrique Teofilo Schezzi irão verificar como o CRP pode se
442 posicionar. Primeiramente, deverá ser feito o mapeamento da temática, para
443 levar as informações ao NE e, então, pensar como será o posicionamento.
444 Luciana Mantovani acrescenta que a CPL pediu para núcleos determinarem
445 prioridade de PLs em relação às suas temáticas. Diz, ainda, que a CPL já
446 tem ajudado os núcleos, como o próprio NE, com o envio do Ofício sobre a
447 dislexia e também a Subsede Vale do Paraíba, em conjunto do NE. Larissa
448 Gomes Ornelas solicita que seja pauta das reuniões dos núcleos as
449 prioridades de PLs para acompanhamento para informarem à CPL. II)
450 **APROVAÇÃO DA ATA 1964ª (18/03/17)** – Vinicius Cesca de Lima informa
451 que a ata foi previamente encaminhada para leitura e considerações do
452 plenário e algumas/uns conselheiras/os solicitaram alterações na ata. No
453 entanto, ainda não foi possível realizar as alterações e reencaminhar para
454 leitura. Dessa forma, informa que a minuta será enviada oportunamente para
455 posterior aprovação na plenária de junho. Encaminhamento: A minuta deverá
456 ser alterada conforme as solicitações realizadas por e-mail e reencaminhada
457 para leitura prévia e aprovação na Plenária Ordinária de junho de 2017. III)
458 **APRECIÇÃO DE PROCESSOS PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA** – Vinicius
459 Cesca de Lima submeteu ao plenário os processos de pessoa física e
460 jurídica. inscritas nesse CRP SP para aprovação. **Encaminhamento:** Foram
461 subscritos os seguintes processos: Pessoa Física - 803 (oitocentas e três)
462 Novas Inscrições; 105 (cento e cinco) Reativações; 16 (dezesesseis) Inscrições
463 Secundárias; 30 (trinta) Inscrições por transferência; 284 (duzentos e oitenta
464 e quatro) cancelamentos a pedido; 66 (sessenta e seis) cancelamentos por
465 óbito; 38 (trinta e oito) cancelamentos por Transferência; 109 (cento e nove)
466 cancelamentos por não apresentação do Diploma. Pessoa Jurídica – 19
467 (dezenove) registros; 2(dois) cadastros e 11(onze) cancelamentos a pedido,
468 conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. Total geral de 1483
469 (mil, quatrocentos e oitenta e três) processos apreciados. IV) **APRECIÇÃO**
470 **DE TÍTULO DE ESPECIALISTA** - O Plenário tomou conhecimento da
471 relação de psicólogas (os) para aprovação do título de especialista.
472 **Encaminhamento:** Na modalidade Residência Multiprofissional deferiu-se 02
473 (dois) na área de Psicologia da Saúde. Na modalidade Cursos Credenciados
474 deferiu-se 02 (dois) na área da Psicologia do Trânsito; 07 (sete) na área de
475 Psicologia Clínica e 05 (cinco) na área de Neuropsicologia. Na modalidade
476 Cursos IES deferiu-se 02 (dois) na área de Psicologia Organizacional e do



477 Trabalho, 06 (seis) na área de Psicologia do Trânsito; 01 (um) na área de
478 Psicologia do Esporte; 05 (cinco) em Psicologia Clínica, 01 (uma) em
479 Psicopedagogia, 01(um) em Psicologia Social, 05 (cinco) em Neuropsicologia
480 e 01 (um) em Psicologia da Saúde. Sendo assim, o total geral de títulos de
481 especialistas ratificados representa 22 (vinte e dois), conforme folha anexa
482 que é parte integrante desta ata. **V) CREDENCIAMENTO DE SITES** - Foram
483 analisados 23 (vinte e três) processos. **Encaminhamento:** O plenário
484 concedeu parecer favorável a 16 (dezesesseis) pedidos com protocolos:
485 606539125 (06/88581), 406737406 (06/81123), 606837046 (06/119418),
486 706338591 (06/57571), 006541453 (119247), 106310231 (4542/J 48656),
487 706612994 (06/73879), 806440332 (06/70673), 406137215 (06/12166),
488 806739470 (06/130346), 106239374 (06/53146), 806741724 (06/48951),
489 706615730 (06/37109), 706040328 (06/92616), 506842362 (06/62351),
490 506238257 (06/101759). Concedeu parecer desfavorável a solicitações de
491 selo com os protocolos 306640697 (06/53773), 506239980 (06/78227),
492 206639860 (06/21013). Teve parecer que não se aplica os pedidos com
493 protocolos 606240280 (06/37307), 806841290 (06/40064) e 004442441
494 (06/106453. E apresentou parecer de Cancelamento ao protocolo 306640697
495 (06/53773), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **VI)**
496 **PEDIDO DE INDEFERIMENTO DE PJ** – A Comissão de Orientação e
497 Fiscalização recomenda o indeferimento ao pedido de cadastro da pessoa
498 Jurídica “Vitória Comunidade Terapêutica”. O conselheiro Guilherme
499 Rodrigues Raggi Pereira comenta que em plenários passados o
500 procedimento junto ao Departamento de Atendimento era de simplesmente
501 receber a documentação e inscrever a/o psicóloga/o automaticamente. Nas
502 últimas gestões foi criado um projeto piloto que coloca a COF no circuito para
503 avaliar esses pedidos. O processo atual é o seguinte: quando a PJ se
504 inscreve, o responsável técnico passa por uma orientação e depois a
505 comunidade terapêutica é fiscalizada. A partir da fiscalização, a COF faz um
506 relatório e preenche um formulário sugerindo ao plenário com o deferimento
507 ou não da PJ. O conselheiro tesoureiro Vinicius Cesca de Lima expõe que, a
508 rigor, a instância que aprova inscrições, cancelamentos, dentre outros, é o
509 plenário. Que tudo depende de um processo de organização interno para dar
510 conta da demanda e qualquer membro da plenária poderia solicitar discutir
511 determinado processo. Porém, em geral, a análise é muito objetiva. Para as
512 CTs se ampliam os subsídios para o plenário tomar a decisão. A conselheira
513 Evelyn Sayeg solicita que, com relação às CTs, sejam encaminhadas



514 fundamentações e que seja pensada em uma forma de
515 capacitação/orientação para as/os conselheiras/os. O conselheiro Ed Otsuka
516 coloca que é importante conversar e compor essas discussões. Já se está
517 construindo subsídios para as CTs. Com relação à questão da capacitação
518 de saúde mental, entende que é algo que deve ser feito conjuntamente, para
519 construir os subsídios que embasarão as ações. A conselheira Regiane
520 Aparecida Piva manifesta que concorda com a proposta. A questão das
521 Comunidades Terapêuticas é algo importante, e está relacionada com a
522 defesa antimanicomial feita por este plenário e que envolve a COF devido às
523 tarefas ordinárias. Entende ser importante que todas/os do plenário
524 participem de, ao menos, uma fiscalização. Considera importante enquanto
525 conselheira/o que haja essa vivência. Importante também o alinhamento do
526 Núcleo de Saúde com o plenário, para pensar estratégias de enfrentamento.
527 Aristeu Bertelli da Silva indica que é necessário fazer essa discussão e a
528 importância das/os conselheiras/os participarem dessas atividades,
529 sobretudo de fiscalizações, priorizando as atividades de COF e COE. Vinicius
530 Cesca de Lima questiona se o plenário gostaria de conhecer pontos
531 aprofundados do parecer apresentado pela COF. O processo é: realizar uma
532 visita, depois produção de parecer pela comissão gestora da subsede,
533 seguido de parecer pela COF. Esses documentos são encaminhados à
534 diretoria, na figura do conselheiro secretário, Rodrigo Toledo, que produz um
535 documento ao plenário sugerindo o deferimento ou indeferimento. Mary
536 Ueta, a título de informe, comenta que se estão pensando em levar essa
537 temática a um Fórum de Gestores, sobre a relação de violações de direitos e
538 as fiscalizações da COF, no intuito de produzir materiais de orientação para a
539 categoria e sociedade. Reginaldo Branco da Silva relembra que plenária
540 aprovou realizar um Fórum de Gestores para alinhar as questões de direitos
541 humanos. Esse Fórum será realizado em junho, com mesas de debates
542 (manhã) e grupos de trabalho (tarde) no intuito de produzir documento para a
543 categoria e sociedade. Rodrigo Fernando Presotto coloca que é necessário
544 pensar na organização do plenário para atividades de fiscalização e de COE.
545 Comenta que há impacto nas duas instâncias. Pondera que é preciso
546 verificar quais informações são importantes de serem acrescentadas no
547 momento da fiscalização, com base nas experiências vivenciadas, como a
548 intimidação da/o fiscal por agentes das instituições. Entende ser algo
549 importante para ter mais qualidade no trabalho que desenvolvido. Evelyn
550 Sayeg comenta sobre a Caravana da Luta Antimanicomial, sobre os 30 anos



551 da carta de Bauru. Assim, enquanto representante da Comissão de
552 Comunicação e do Núcleo de Saúde, é preciso pensar em como o plenário
553 está articulado na luta e na defesa dos direitos. Sugere a realização de um
554 evento em Bauru e São Paulo e nas demais sedes que desejarem. Deve-
555 se pensar em como o pleno desempenha seu papel na luta Antimanicomial,
556 subsidiando esta luta por outras vias, que é uma tarefa para o Núcleo de
557 Saúde, a COF, a COE e as Comissões Gestoras. Informa que o NS discutiu
558 sobre as CTs e pensou em estratégias de articulação. Estão sendo
559 produzidas referências atualizadas das CTs, com percurso histórico,
560 enfrentamentos atuais. Que é como podem auxiliar no cumprimento das
561 questões ordinárias, produzindo um material que ajude a subsidiar sobre os
562 assuntos urgentes e atuais. Lembra que na última reunião do Núcleo de
563 Saúde, a conselheira Andrea Mataresi, presidente da COE, sugeriu que
564 fosse realizada oficina de capacitação, construídas através de referências
565 técnicas e políticas, com direcionamento instrumental para ter uma
566 fiscalização e orientação de forma mais efetiva e condizente com nosso
567 posicionamento político. Vinicius Cesca de Lima coloca que se se tratava de
568 uma pauta de inscrição, mas que teve desdobramentos interessantes.
569 Aponta o quanto o tema mobiliza o pleno coletivamente. Resgata falas de
570 conselheiras/os que mostram a importância e potência da articulação para
571 fazer conjuntamente esta pauta que inclui temáticas alusivas às políticas
572 públicas, a direitos humanos e ao exercício profissionais tanto da COE como
573 na COF e apontam uma perspectiva interessante de trabalho. Guilherme
574 Rodrigues Raggi Pereira propõe que membros do Núcleo de Saúde integrem
575 a COF, fazendo esses diálogos nas reuniões, que são um espaço positivo
576 para construção e ter este articulador na COF é fundamental. Aristeu Bertelli
577 da Silva informa que Lumêna Almeida Castro Furtado avisa que na estação
578 da Luz haverá nesta data, às 18 horas, uma manifestação contra a retirada
579 de usuários de drogas da região da Luz, no centro de São Paulo, conhecida
580 como Cracolândia. **VII) CALENDÁRIO DE REUNIÕES 2017 (2º SEMESTRE)**
581 – Vinicius Cesca de Lima apresenta proposta de calendário. Nessa proposta
582 foram excluídas as plenárias éticas às sextas-feiras pela manhã. Mas,
583 manteve-se a dinâmica de realização de plenárias éticas às sextas-feiras à
584 tarde e à noite. A proposta é apresentada a partir dos dados já apresentados
585 pela COE a respeito dos gargalos. A cada 2 (dois) meses seriam realizadas
586 plenárias éticas, nos períodos da manhã e da tarde. Acrescenta ainda que
587 havia manifestação expressa de conselheiras/os para este formato de



588 realização das plenárias, que possibilitarão uma maior participação. Além
589 disso, a aposta é que plenárias éticas aos sábados mobilizarão um número
590 maior de participantes do que ocorre nas plenárias realizadas às sextas-
591 feiras. Dessa forma, havendo quórum suficiente seriam organizadas turmas
592 distintas para dar conta de um número maior de pareceres apreciados, pois
593 seria possível apreciá-los concomitantemente. Ressalta que está previsto um
594 Fórum de Gestores em setembro, nos dias 22 e 23 e outro em novembro,
595 nos dias 24 e 25. No calendário, também se contemplou a previsão de
596 realização das reuniões de presidentes e tesoureiros e da APAF. Informa
597 também que o indicativo para realização do Planejamento Estratégico nos
598 dias 27, 28 e 29 de outubro, sobretudo levando em conta a preocupação de
599 garantir que se encerre o PE até dezembro de 2017. Considerações do
600 plenário: **1)** Sugere-se que se utilize às sextas-feiras, à noite para plenárias
601 ordinárias. A conselheira Regiane Piva considera importante condicionar a
602 aprovação do calendário a uma organização das plenárias que possibilite
603 que a participação de todos os pontos, dentro do horário de convocação da
604 plenária ordinária, aos conselheiros que necessitam viajar horas de retorno
605 para suas casas, por residirem no interior, e apesar de estarem muitas vezes
606 desde sexta-feira em São Paulo, e participarem de toda plenária do sábado,
607 têm perdido discussões e encaminhamentos importantes. Caso não se
608 respeite essa condição de participação, sugere que as plenárias voltem a
609 acontecer às sextas-feiras à noite e aos sábados até o meio da tarde. **2)**
610 Sugere-se a inclusão de data no calendário, em setembro ou outubro, para as
611 atividades da projeto “Psicologia Todo Dia, Em Todo Lugar”. **3)** Pontua-se que
612 está sendo agendada para o dia 11 de novembro a data para a Plenária
613 Ordinária desse mês. No entanto, por ser o Dia de Luta Contra a Medicalização,
614 sugere-se que seja alterada para o dia 18, junto com as Plenárias Éticas. **4)** Em
615 relação a sugestão anterior, propõe-se que o Fórum de Gestores indicado para
616 novembro seja adiado para dezembro e, dessa forma, a Plenária Ordinária
617 poderia ser transferida para os dias 24 e 25/11. **5)** Retoma-se a questão sobre
618 pessoas que viajam longas distâncias, no impacto que têm para o quórum. **6)**
619 Sugere-se que as Plenárias Éticas planejadas para o dia 18 de novembro
620 seja alterada para o dia 21 de outubro. **7)** O conselheiro tesoureiro Vinicius
621 Cesca de Lima comenta que a única dificuldade em relação a alterar a data
622 da plenária de novembro para o fim do mês é que essa ficará muito próxima
623 à data proposta para a Plenária de dezembro. **8)** O conselheiro presidente
624 Aristeu Bertelli da Silva reforça que dia 11 de novembro se trata de uma data



625 importante e uma pauta justificável, pois terá ausências de algumas/uns
626 conselheiras/os, uma vez que o Núcleo de Educação tem feito um grande
627 esforço por essa pauta. **9)** Sugere-se manter as plenárias de sábado, mas
628 também ter Plenárias Éticas no período da manhã, ocasionalmente. Quando
629 houver uma atividade de sábado, o dia todo, pensar em fazer também na
630 sexta-feira à noite, quando necessário. **10)** Retoma-se a sugestão para que
631 as plenárias ordinárias sejam realizadas também às sextas-feiras à noite,
632 para contemplar a presença de um número maior de conselheiras/os. **11)**
633 Solicita-se que o término das plenárias aos sábados seja às 17 horas. **12)**
634 Indica-se que as alterações propostas são no sentido de dar possibilidade de
635 participação às/aos conselheiras/os em todos os pontos de pauta, nas
636 plenárias ordinárias. Assim, entende-se que ou segue-se a convocação,
637 efetivamente, ou deve-se alterar o calendário para garantir a participação de
638 todas/os, indicando que seria importante considerar a distância que residem
639 outras/os conselheiras/os. **13)** Comenta-se que, a respeito da participação
640 nas atividades, as/os conselheiras/os que trabalham 40 (quarenta) horas
641 também não conseguem participar, portanto, a privação já existe, e,
642 pensando nisso, foram sugeridas as plenárias éticas aos sábados. **14)**
643 Acrescenta-se que não é possível participarmos de tudo o tempo o todo. **15)**
644 Informa-se que as considerações apresentadas anteriormente seriam
645 somente para adequação das Plenárias Ordinárias. **16)** Retoma-se que o
646 combinado de realização das Plenárias Ordinárias aos sábados foi
647 exatamente no sentido de garantir a participação de conselheiras/os, pois
648 quando eram realizadas às sextas-feiras, havia um dispêndio de
649 participação. **17)** Indica-se que com uma jornada de trabalho de 40
650 (quarenta) horas semanais, não é possível participar das Plenárias
651 Ordinárias às sextas-feiras, à noite. **18)** Faz-se coro a proposta de um
652 combinado de cumprir o horário da convocatória das plenárias e, quando
653 necessário, pensar em realizar plenárias às sextas-feiras. **19)** Concorde-se
654 que o calendário foi aprovado pensando em garantir uma maior possibilidade
655 de participação, no entanto, as plenárias tem se estendido ao horário
656 combinado, assim, pede-se que o plenário assuma o compromisso de
657 encerrar no horário da convocação. **20)** Sugere-se que seja combinado o
658 encaminhamento de que uma hora antes do teto estipulado para término, se
659 verifique como lidarão com os pontos não discutidos. **21)** Foi requerido que
660 as atas sejam feitas na ordem das discussões, registrando os momentos de
661 saída de cada conselheira/o. **22)** Com relação às Plenárias Ordinárias,



662 registra-se que há muitos pontos de pauta que não se está dando conta de
663 discuti-los, portanto, sugere-se fazê-las também às sexta-feira à noite, para
664 contemplar a presença de número maior de conselheiras/os e, também, que
665 se garanta o teto das 17 horas aos sábados. **23)** O conselheiro tesoureiro
666 Vinicius Cesca de Lima indica que essa última propositura implica alterar
667 toda a proposta de calendário, assim pede que seja apresentada nova
668 indicação. **24)** O conselheiro presidente Aristeu Bertelli da Silva comenta que
669 é necessário fazer o controle de tempo da fala, para que não se estendam
670 muito as discussões, pois dessa forma será possível discutir a pauta de
671 forma mais célere, sem necessidade de promover grandes mudanças no
672 calendário proposto. Pondera que o mérito das questões trazidas não
673 necessariamente implica alteração no calendário. Conforme sugerido,
674 entende que quando forem realizadas plenárias éticas aos sábados e não
675 houver atividade na sexta, pode ocorrer uma nova plenária na sexta.
676 Recorda ainda, com relação à questão do horário de término, que em outro
677 momento se previu encerrar o último Fórum de Gestores no meio da tarde,
678 às 15h, mas as pessoas se retiraram às 13 horas. **Encaminhamento: (1)** O
679 calendário foi aprovado, com a modificação sugerida de que as plenárias
680 éticas propostas para, inicialmente, 18 de novembro foram para 21 de
681 outubro. **(2)** Registra-se o indicativo de conveniência, necessidade e
682 oportunidade de se utilizar às sextas-feiras com horário disponível, quando
683 houver plenárias éticas no sábado. Quando às plenárias éticas forem nas
684 sextas-feiras à tarde e à noite, considera-se o horário disponível na sexta-
685 feira de manhã. **(3) Da agenda aprovada: Julho:** dia 07, Plenária Ética 1978^a
686 (sexta-feira, tarde) e plenária de julgamento 1979^a (sexta, noite). Dia 08,
687 Plenária Ordinária 1980^a (sábado, dia todo) e no dia 29, Plenária Ética 1981^a
688 (sábado, manhã) e Plenária Ética 1982^a (sábado, tarde). **Agosto:** dia 11,
689 Plenária Ética 1983^a (sexta, tarde) e Plenária Ética 1984^a (sexta, noite). Dia
690 12, Plenária Ordinária 1985^a (sábado, dia todo). **Setembro:** dia 1º Plenária
691 Ética 1986^a (sexta, tarde) e Plenária de Julgamento 1987^a (sexta, noite). Dia
692 02, Plenária Ordinária 1988^a (sábado, dia todo). Dia 15, Assembleia Geral
693 Ordinária (Sexta). Dia 16, Plenária Ética 1989^a (sábado, manhã) e Plenária
694 Ética 1990^a (sábado, tarde). Dias 22 e 23, Fórum de Gestores (sexta e
695 sábado). **Outubro:** dia 06, plenária ética 1991^a (sexta, tarde) e plenária ética
696 1992^a (sexta, noite). Dia 07, plenária ordinária 1993^a (sábado dia todo). Dia
697 21, plenária ética 1997^a (sábado, manhã) e plenária ética 1998^a (sábado,
698 tarde). E, dias 27, 28 e 29, planejamento estratégico e plano de ação.



699 Novembro: dia 10, plenária ética 1994^a (sexta, tarde) e plenária de
700 julgamento 1995^a (sexta, noite). Dia 11, plenária ordinária 1996^a (sábado dia
701 todo). E dias 24 e 25, Fórum de Gestores (Sexta e Sábado). Dezembro: dia
702 08, Plenária Ética 1999^a (sexta, tarde) e Plenária Ética 2000^a (sexta, noite).
703 Dia 09, Plenária Ordinária 2001^a (sábado, dia todo). Dia 15, Reunião
704 Presencial de Presidentes e Tesoureiros e dias 16 e 17 - APAF – Assembleia
705 das Políticas, Administrativas e Financeiras do Sistema Conselhos. **(4)** O
706 plenário decide, ainda, que 30 (trinta) minutos antes do horário previsto na
707 convocação para o término da plenária haverá discussão sobre os pontos
708 restantes e decisão pela realização de plenária extraordinária ou não. Haverá
709 registro em ata dos horários de saída das/os conselheiras/os das plenárias
710 ordinárias. Desse modo, a Secretaria deverá acrescentar um campo de
711 horários de entrada e saída na lista de presença, para registro das/os
712 conselheiras/os que tiverem interesse. A cada início de pauta, a presidência
713 anunciará o horário em que a pauta foi iniciada. O plenário interrompe suas
714 atividades às 12h50, para almoço, com o combinado de regresso às 14h.
715 **VIII) ASSEMBLEIA DAS POLÍTICAS, DA ADMINISTRAÇÃO E DAS**
716 **FINANÇAS – APAF** – O conselheiro presidente, Aristeu Bertelli da Silva
717 reinicia a plenária às 14h05. Informa a delegação do CRP SP na APAF de
718 maio de 2017: ele próprio, Aristeu Bertelli da Silva, enquanto presidente,
719 Rodrigo Toledo, em substituição ao conselheiro tesoureiro, Guilherme
720 Rodrigues Raggi Pereira, Magna Barboza Damasceno e Ivani Francisco de
721 Oliveira. Posiciona o plenário também sobre as datas e horários de
722 realização da APAF, sexta-feira, para a reunião de Presidentes e de
723 Tesoureiros e sábado e domingo a Assembleia. **8.1) Apreciação da Ata da**
724 **APAF de Dezembro de 2016** – Vinicius Cesca de Lima comenta que as
725 minutas foram encaminhadas para o a delegação do CRP SP na APAF de
726 dezembro de 2016. Informa que não tem nenhum destaque sobre o
727 documento e questiona se algum outro delegado daquela ocasião teria
728 alguma observação. Como não há manifestação das/os demais delegadas/os
729 sobre o conteúdo das atas, a defesa é que o CRP SP seja pela aprovação
730 das atas. **8.2) Pontos Financeiros CFP – 8.2.1 - Prestação de Contas do**
731 **CFP – Exercício 2016** - Vinicius Cesca de Lima comenta que uma pauta
732 sempre presente na APAF é aprovação das contas do CFP. Não tem
733 nenhum destaque negativo a respeito do apresentado. Apenas comenta que
734 o CFP teve uma receita realizada acima da estimada, o que não é comum.
735 Relata ainda que a maior contribuição para esse aumento foi do CRP 06. O



736 percentual foi mantido, mas as receitas do CRP são maiores e por essa
737 razão, é o que mais impacta e é mais expressivo. Comenta ainda que há
738 uma tendência de elevação da inadimplência, mas esse dado do CFP sugere
739 que a inadimplência no CRP SP ainda é abaixo da de outros CRs. 8.2.2 -
740 Anuidades – Exercício 2018 – Vinicius Cesca de Lima explica que a APAF
741 delibera o teto do valor das anuidades para o ano seguinte para todo o
742 Sistema Conselhos e que cada Regional define posteriormente em
743 Assembleia. Informa que não há dados apresentados no subsídio
744 encaminhado, mas a dinâmica proposta, que a da resolução de 2011, que
745 versa sobre o assunto é de ajustar pelo índice INPC – Índice Nacional de
746 Preços ao Consumidor. Portanto, entende que não haverá nenhum problema
747 na discussão do ponto, pois a definição do teto não implicaria na dinâmica
748 deste Regional, que já vem operando com anuidades bem abaixo do teto.
749 8.2.3 - Reformulação Orçamentária do CFP para o Exercício de 2017 -
750 Vinicius Cesca de Lima informa que a proposta não foi encaminhada como
751 subsídio para a discussão do ponto, assim, deverá ser apresentada somente
752 no momento de discussão da pauta. 10.2.4 - Baixa de Bens Móveis –
753 Vinicius Cesca de Lima explica que quando o CFP precisa retirar de seu
754 patrimônio bens móveis e imóveis, precisa ter autorização do Sistema
755 Conselhos em APAF. Por isso, o CFP encaminhou uma lista de materiais
756 que eles querem “dar baixa”, tendo em vista a falta de serventia desses itens.
757 Repassa ao plenário a lista desses materiais, indicando que pela forma como
758 estão descritos, parece se tratar mesmo de objetos obsoletos. A mesma
759 dinâmica precisa ser empregada pelos Regionais, mas no caso, a
760 autorização é de Assembleia Orçamentária. Edgar Rodrigues comenta que é
761 algo que ocorre também nas subsedes, de os materiais antigos se
762 acumularem. **8.3) Grupos De Trabalho da APAF – 8.3.1 - Revisão da**
763 Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia -
764 Guilherme Rodrigues Raggi Pereira explica que na última APAF definiu-se a
765 manutenção de todos os GTs, que estavam em andamento, no entanto, os
766 trabalhos desse GT já estavam em finalização na gestão passada.
767 Basicamente, foi realizada uma última revisão no documento e o combinado
768 no GT é de aprovar nesta próxima APAF. Assim, o assunto se relaciona ao
769 ponto “Resoluções - Publicação da Resolução que Institui a Política de
770 Orientação e Fiscalização”, cujo encaminhamento deve ser a aprovação da
771 Resolução. Explica que todas as ações da COF são gerenciadas pelo
772 MUORF, que é uma resolução de 2008 e regula as ações da COF, mas que



773 já está desatualizado e precisava ser revisto. Dentro do Sistema Conselhos
774 houve discussão pra que fossem pautadas as questões da COF, mais como
775 uma política de diretrizes gerais, se aproximando ao Código de Ética, ao
776 invés de ser mais complexo como um Regimento fechado. Nesse sentido,
777 foram incluídas questões que precisam ser modernizadas, conforme as
778 práticas atuais. A revisão que está sendo realizada será
779 permanente/constante. Conta que no último dia 11 ocorreu reunião desse
780 GT. Vinicius Cesca de Lima explica que já havia sido aprovada previamente
781 esta Política. Porém, depois dessa aprovação, mas sem a Resolução ter sido
782 publicada, o CFP (que coordenou o trabalho e conduziu o GT), trouxe um
783 Parecer Jurídico que inviabilizava o item fundamental da política no
784 documento. O argumento jurídico do CFP tinha um elemento real que era de
785 que conselheira/o não poderia fazer orientação e fiscalização. Após isso, há
786 uma contraposição de um conjunto de outros pareceres jurídicos, inclusive
787 um produzido pelo CRP-SP, que apontavam que se trata do contrário do
788 exposto pelo CFP. A atribuição originária de fazer orientação e fiscalização é
789 de conselheiras/os, qualquer outra pessoa que as façam, faz por delegação.
790 Este foi o imbróglio que foi necessário ser resolvido para possibilitar que a
791 Resolução seja aprovada. Pelo que se recorda, 3 (três) ou 4 (quatro)
792 Regionais se municiaram de pareceres jurídicos, inclusive este Regional. O
793 desdobramento que se entende pelo registro é de que esses pareceres
794 contradizem o inicial e, portanto, é possível aprovar e publicar a Política,
795 conforme já havia sido encaminhado. Guilherme Raggi acrescenta que o
796 próprio CFP, posteriormente, fez outro Parecer reconhecendo esse fato.
797 Sugere, como encaminhamento, que assuntos da pauta da APAF que
798 tenham sido discutidos na plenária de dezembro e que não houve alteração,
799 que não sejam prioritários de discussão nesta plenária. Assim, poderia ser
800 dada prioridade aos pontos que o Conselho levará pra APAF e, talvez,
801 apenas comentar de forma bastante breve os pontos em que não houve
802 alteração. Vinicius Cesca de Lima cita que essa é a expectativa na
803 designação e que o plenário acompanhará que alguns GTs não tiveram
804 atuação nesse período e, talvez, seja o caso de somente sinalizar este fato.
805 Assim, como neste caso, que já há um acúmulo deste plenário no debate,
806 que os responsáveis pela apresentação do ponto apenas tragam eventuais
807 elementos novos. Adicionalmente, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, cita
808 que ainda não se sabe como será a dinâmica desta APAF. Recorda que na
809 APAF passada houve a priorização de pontos de pauta e que indicaram que



810 pensariam em estratégias para lidar com os pontos remanescentes Dessa
811 forma, entende que o CRP SP deve pensar quais pautas gostaria que
812 fossem priorizadas. Aristeu Bertelli da Silva pondera que o CRP SP dê
813 prioridade aos pontos que pautou na APAF e naqueles que a discussão for
814 conveniente. Vinicius Cesca de Lima relata que esse GT da COF é formado
815 pelos CRs 04, 06, 08, 09, 10, 12 e 21, portanto, a lógica de composição não
816 é de ter um Regional por região do país. Sobre o apontado por Guilherme
817 Raggi Pereira aponta, cita que na APAF de dezembro do último ano se
818 delegou ao CFP a tarefa de pensar na dinâmica de funcionamento dos GTs.
819 Em primeiro lugar, porque havia uma profusão de grupos de trabalho e o
820 complicador que grande parte desses grupos não fez nada durante os 3
821 (três) últimos anos. Relata, ainda, que há GT que foi criado em 2013, mas
822 que se reuniu pela primeira vez mês passado. Portanto, havia já um acúmulo
823 de GTs que não trabalhavam e, a cada APAF, se criava outros e a ideia era
824 poder reformular esta dinâmica. O CFP vem dando alguns indicativos de
825 como essa dinâmica poderia ser realizada, e isso será pauta da reunião de
826 presidentes e tesoureiros. Será discutida a metodologia a ser apresentada
827 nos dias seguintes. Informa que há indicativo de exclusão de GTs e algumas
828 questões nesse sentido. Mas ainda não há nada concreto porque a proposta
829 que o CFP apresentará será conhecida nesta reunião preparatória a ser
830 apresentada na APAF, mas tudo indica que teremos novidade neste sentido.

831 8.3.2 - CREPOP – Política Indutora – Aristeu Bertelli da Silva indaga ao
832 plenário, na ausência de Beatriz Brambilla, se alguém tem novidades sobre o
833 CREPOP. Ivani Francisco de Oliveira esteve presente na reunião do grupo
834 consultivo, juntamente com os 23 (vinte e três) Conselhos Regionais, na
835 reunião nacional do CREPOP. Relata que não se discutiu, diretamente, a
836 questão da política indutora, mas nesta reunião foi constituído um GT que foi
837 criado e não funcionava, que era o GT do CREPOP que tinha como
838 representante o ex-conselheiro Fabio Silvestre, GT que não teve ações ou
839 encaminhamentos. Comenta que o GT sobre a política indutora já tem
840 encaminhamentos, inclusive de revisão, pois há algumas críticas aos
841 documentos de referência. Pontua que é necessário saber dividir o que é
842 pesquisa e o que é referência técnica. Pois, há consulta a um grupo de
843 trabalhadoras/es dentro de um contexto e aos trabalhadoras/es da ponta.
844 Assim, algumas referências nasceram a partir dessas pesquisas, mas que
845 não deveriam ser reunidas em um documento enquanto referência. Explica
846 que a referência necessita de consulta a especialista, considerar a legislação



847 relativa ao tema. Porém, nem sempre quem está responsável dá conta de
848 fazer essa discussão de forma ampla. Relata ainda que na reunião falou-se
849 acerca do Comitê de Ética, e que embora não haja uma conclusão, será
850 levada à APAF uma proposta em relação a isso. Assim, há um GT que é
851 apenas figurativo e o da Política Indutora não conta com a participação do
852 CRP SP. Evelyn Sayeg comenta que foi discutido várias vezes no grupo
853 político sobre como será a condução do CREPOP. Embora, na atual
854 conjuntura das Políticas Públicas seja complicado, pois não há como
855 construir referências técnicas com políticas que estão sendo finalizadas.
856 Questiona se existe alguma questão levantada em relação a isso, enquanto
857 proposta do grupo, para que o plenário possa pensar e discutir. Ou seja, se
858 existe alguma outra estratégia que está sendo pensada, pois talvez a
859 estratégica de manutenção do CREPOP não dê conta. Ivani Francisco de
860 Oliveira comenta que na reunião foi muito discutida a questão da
861 metodologia, que é muita intensa e, às vezes, gera documentos que saem
862 descontextualizados devido ao tempo despendido do início da pesquisa e a
863 publicação. Ainda, que há necessidade de mudar esta linguagem, pois se o
864 desejo é de ser referência para as/os profissionais que estão na ponta, é
865 necessário utilizar uma linguagem que alcança esses profissionais. Comenta
866 que há uma referência que deve ser lançada em breve e será essa
867 publicação que servirá para a avaliação necessária: se a questão da
868 metodologia foi melhorada ou não, se a linguagem está mais adequada ou
869 não, entre outras. Relata que há documentos prontos, mas está-se discutindo
870 se devem ou não ser lançados. Mas muitos defendem que não têm
871 condições de serem impressos, pois estão desatualizados. Indica-se que
872 alguns desses podem ser contextualizados e ficarem disponíveis para
873 consulta. Assim, foram divididos 4 (quatro) grupos formados por Regionais
874 que ficarão responsáveis pela análise de um número específico de
875 publicações, com informações como se daquela publicação até os dias atuais
876 deve ser atualizada por conta de legislação nova, se sofreu mudanças
877 políticas, o que pode acrescentar a respeito desta publicação que já vem
878 sendo realizado. Se for necessário fazer a reimpressão, precisa ser visto a
879 partir dessa avaliação. Considerar, ainda, que há documentos que não
880 haverá condições alterar e ficarão desatualizados. Dessa forma, é preciso
881 também pensar em outras lógicas de ação. Entende que é importante colocar
882 a questão política e de legislação, pois há muitas novas legislações que
883 impactam nas políticas públicas. Informa que informará em breve em qual



884 divisão de publicações este CRP ficou. Relata ainda que há alguns
885 documentos que é possível dividir em grupos no plenário, com base em
886 quem tem conhecimento da área. Evelyn Sayeg pondera que talvez possa
887 ser um caminho compartilhar a informação com a CPL, para poder pensar
888 nestes processos legislativos. Maria Rozineti Gonçalves posiciona ao
889 plenário que a CPP discutirá na próxima segunda-feira, mas acha que tem
890 que ter o cuidado com cada documento de referência como, por exemplo, o
891 da Psicologia na Educação Básica, que não é um documento ainda recente e
892 que tem estrutura bem ampla, uma linguagem específica e, assim, entende
893 que ele já está em um formato apropriado. Informa que será necessário a
894 reimpressão de alguns documentos, até pra ter instrumento de trabalho.
895 Assim, ainda que possa ser feita uma revisão, a princípio, será necessário
896 manter algo para trabalharmos. Relata que os CRs foram consultados há
897 alguns meses para se posicionarem a respeito das publicações, mas, nem
898 todos os CRs responderam. A ideia é de utilizar estes apontamentos que já
899 foram feitos e passar por este crivo de pertinência de manter ou não a
900 publicação. Ressalta-se a possibilidade de intermediar a retomada das
901 atividades, pois é algo que trás o que estava paralisado, pois há a demanda
902 de ver os documentos já existentes e a expectativa sobre aqueles que
903 estavam em fase final de elaboração e que foram paralisados, além da
904 expectativa sobre os documentos que foram deliberados em APAF para
905 serem produzidos. Ivani Francisco de Oliveira, para evitar problemas de
906 comunicação, esclarece que ainda não foram enviados os documentos para
907 serem compartilhados. O plenário define que deverá ser compartilhada a
908 solicitação de análise das Referências Técnicas com plenário, além de
909 verificar os documentos que estão parados. 8.3.3 - GT para Evidenciar a
910 Resolução Nº 018/2002 (Normas de Atuação para os Psicólogos em Relação
911 a Preconceito E Discriminação Racial) – Ivani Francisco de Oliveira informa
912 que este GT ficou muito tempo parado e, portanto, não há muito a ser
913 discutido. Entende que deve ser mantido por contato do documento de
914 referência que deve ser lançado em breve. Ressalta que não há nada
915 recente sobre o GT. 8.3.4 - Laicidade e Psicologia - Andrea Mataresi informa
916 que no CRP SP ainda não foi iniciado o trabalho nesta gestão acerca deste
917 tema. O Núcleo já tem coordenação e deve ser realizada reunião entre esta
918 semana e a próxima. Relata que o CRP SP compõe o GT Nacional e que a
919 última atividade do grupo foi uma reunião telefônica em fevereiro de 2015. A
920 tarefa do GT era de dar clareza aos conceitos de laicidade e religiosidade.



921 Cita que os Regionais 01, 04, 05, 06, 07, 10, 16 e 20 compõem o GT.
922 Pondera que um GT que não tem atividades desde 2015 deve ser extinto.
923 Assim, sua sugestão é que a defesa da delegação seja de que este GT não
924 deva existir. Vinicius Cesca de Lima comenta que, a princípio, a ideia de
925 criação de GTs era que fossem criados para operacionalizar diretrizes/tarefas
926 deliberadas em APAF. Para trabalhar entre uma APAF e outra e não que
927 funcionassem como Comissões, que é o que tem ocorrido. Outro problema é
928 que há muitos GTs duplicados. Portanto, entende que, ao menos, é preciso
929 defender que seja unificados. Comenta que há o indicativo de realizar um
930 debate a respeito do formato dos grupos de trabalho, para que não pareçam
931 Comissões nacionais. Ressalta que a discussão sobre laicidade é
932 fundamental de ser feita no Sistema Conselhos, mas que não é uma
933 discussão que, necessariamente, um GT precise fazer. Pontua que naqueles
934 que participa tem feito a defesa de que o GT cuide de tarefas específicas.
935 Reginaldo Branco da Silva pontua que, caso haja essa reestruturação que dê
936 conta das pautas, não há necessidade de manter alguns dos GTs. Sugere
937 ainda que a discussão alusiva ao GT de Laicidade pode ser realizada pela
938 Comissão Nacional de DH. Regiane Aparecida Piva entende que não
939 somente em relação a esse GT, mas a todos aqueles que estão inativos, é
940 importante saber a pauta/demanda que está sob responsabilidade do GT
941 antes de defender sua extinção. Sugere que antes da defesa pela extinção,
942 que se verifique essa questão, porque pode ser que haja pontos pertinentes
943 a serem trabalhados por um GT. Andrea Mataresi comenta, a respeito da
944 proposta de Reginaldo Branco, que é importante que se mantenham as
945 pessoas da CDH envolvidas com essas questões de laicidade. Pondera,
946 ainda, que o tema está diretamente relacionado com COE e COF. Regiane
947 Aparecida Piva indica que, considerando a ideia de extinção de GTs, que se
948 pode, ao invés disso, ter como parâmetro pensar os GTs que o CRP deseje
949 estar e, utilizar esses que se avalia que o CRP SP não deve estar para
950 negociar a participação em outros. Andrea Mataresi responde que não é uma
951 questão de abrir mão de participar de um GT com essa temática, pois o tema
952 é de suma importância, e sim de ponderar a participação em um GT que não
953 se movimenta. Marcio Magalhães da Silva questiona qual seria a tarefa do
954 GT, pois pode ser de levantar subsídios para a criação de uma Resolução
955 sobre o tema. Aristeu Bertelli da Silva informa que, pelo que se recorda, o GT
956 foi criado num cenário de que muito se falava sobre o fundamentalismo
957 religioso. Assim, havia o debate de como o Sistema Conselhos enfrentaria



958 esse fundamentalismo. Em termos de produção de material sobre o tema,
959 este Regional tem produzido muito mais que o restante do Sistema
960 Conselhos. Clarice Pimentel Paulon recorda que, na última APAF, percebeu-
961 se que havia muitos GTs que estavam parados há muito tempo. Assim,
962 defende que, se tiver pertinência, mantém-se o GT, caso não, defende-se a
963 extinção. 8.3.5 - Unificado: PL Osmar Terra e Internação Forçada de
964 Usuários de Álcool e Outras Drogas – Ed Otsuka explica que esse GT é
965 remanescente da última APAF e trata da substituição da lei a respeito da
966 política sobre drogas. Faz leitura do material que encaminhou para subsidiar
967 a delegação e comenta que, na época da última APAF, este GT estava
968 adormecido e não mudou o critério da tramitação do PL. Entende importante
969 que sejam retomados mais alguns elementos anteriores, que já haviam sido
970 produzidos. Vinicius Cesca de Lima comenta que há bastante histórico e
971 questiona se Ed Otsuka foi chamado para alguma reunião, que informa que
972 não. Vinicius Cesca, então, informa que anteriormente exista dois GTs: um
973 do PL Osmar Terra e o outro de internação forçada de usuários de álcool e
974 outras drogas. Na APAF de maio de 2014 foram fundidos para um GT só
975 com este novo nome. A última vez que este GT se reuniu foi no dia 08 de
976 setembro de 2014, há cerca de dois anos e meio. Consta na memória do
977 trabalho do GT que o CFP discutiu o tema na plenária de 20 e 21 de janeiro
978 deste ano e que desde então vem estabelecendo um contato com o
979 conselheiro Paulo Aguiar. A descrição indica que a devolutiva do plenário
980 federal de retomada de suas ações para debater o tema. Porém último
981 registro do GT, propriamente dito, foi em 08/09/14. Ed Otsuka informa que na
982 última APAF era essa mesmo o subsidio que trouxeram e o GT quase foi
983 retomado. Comenta que tentou solicitar o histórico das discussões e o que
984 trouxeram era que este GT seria retomado. Reginaldo Branco da Silva
985 comenta que há muitos debates sobre Projetos de Lei que apontamos
986 prioridade quando da solicitação da CPL e que ainda estão tramitando.
987 Recorda que esse PL começa tomar força quando Osmar Terra assume o
988 Ministério. Sabe-se que ele está querendo impor uma nova lei antidrogas,
989 que era uma coisa que já tinha sido vencida e que está retornando agora.
990 Vinicius Cesca, sobre a tramitação, informa que no subsidio encaminhado
991 pelo CFP, há informação de que, atualmente, o PL está na Comissão de
992 Assuntos Econômicos no Senado. Onde foi nomeada como relatora a
993 senadora Alice da Mata que é do PSB, desde 15/12/2016. Portanto, está-se
994 aguardando o parecer dela. Consta, também, que após a análise da



995 Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto seguirá para análise da
996 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Aristeu Bertelli da
997 Silva questiona sobre o acompanhamento da CPL da tramitação do PL.
998 Luciana Mantovani informa que foi um assunto bastante discutido na gestão
999 passada. Guilherme Luz Fenerich acompanhava diretamente e era um PL
1000 que também tramitava com urgência: já passou tendo passado por três
1001 comissões. Informa que anexaram o PL 7663/10 e estão ocorrendo várias
1002 audiências públicas. Indica que, na gestão passada teve um aditamento no
1003 “Minha casa, minha vida”, incluindo um artigo com uma prévia para
1004 comunidades terapêuticas, que poderiam receber subsídios governamentais
1005 para ter um local. Ou seja, uma estrutura pra CTs, e é algo que já é lei.
1006 Informa que pode procurar essa lei e repassar depois para todos. Reginaldo
1007 Branco comenta a importância dessa discussão, caso o CRP precise
1008 priorizar pauta na APAF, deve priorizar esse GT e o encaminhamento
1009 necessário, de recomeçar os trabalhos, pois não pode ficar parado. Evelyn
1010 Sayeg propõe que todos pensem em formas para combater esse PL, que
1011 talvez seja pela realização de audiências públicas. O que pode ser, também,
1012 uma proposta para a APAF, que todos os CRs façam uma audiência pública
1013 em seus estados para discutir isso. Pontua que se deve pensar em qual a
1014 proposta enquanto Sistema Conselhos e o porquê nós somos contra as
1015 internações em CTs, pelo viés da Psicologia. Sugere que a temática seja um
1016 pouco mais tangível, debatendo como esses processos atrapalharão a
1017 profissão. Ed Otsuka concorda com a sugestão e diz que a lógica é que
1018 estão associados às comunidades terapêuticas, no PL de Osmar Terra,
1019 inclusive, dão brecha pra que a Saúde financie as CTs. É um tema bastante
1020 amplo pra ser discutido e tem várias questões que estão relacionadas ao
1021 Sistema Conselhos. Reforça que, assim como na APAF passada, a indicação
1022 é que se restaure o trabalho desse GT. Concorda com a proposta
1023 apresentada por Evelyn Sayeg, das audiências públicas que estão sendo
1024 realizadas, mas reforça que as reuniões do GT devem ser retomadas e, a
1025 partir de então, pensar em estratégias de confronto. Aristeu Bertelli da Silva
1026 retoma algumas falas para que seja possível compreender as diretrizes: há
1027 sugestão de que este ponto seja priorizado na APAF, também, a questão da
1028 importância e relevância da retomada deste GT em face da agenda que tem
1029 sido imposta dentro deste governo federal e diversos governos de estados e
1030 municípios. Trata-se de uma agenda que foi se colocando cada vez mais
1031 manicomializante, cada vez mais de repressão. Então, entende-se a



1032 importância de retomada do trabalho deste GT pra enfrentamento desse PL.
1033 Pontua-se a necessidade de que se levante a possibilidade, a necessidade e
1034 a sugestão de que os regionais façam audiências públicas para que possam
1035 subsidiar e fomentar o debate sobre o PL, junto com diversos coletivos no
1036 campo da saúde, da assistência e do campo da defesa de direitos. Aproveita
1037 pra colocar um ponto de indicativo, que não apenas se mobilize
1038 politicamente, mas também se instrumentalize e, então, se crie os subsídios
1039 para caminhar e protocolizar, junto ao procedimento legislativo. Portanto, há
1040 necessidade de que se produza material, isso é tarefa nossa de encaminhar,
1041 protocolar o procedimento ao senado. Evelyn Sayeg pondera que tinha feito
1042 uma proposta de não só realizar a discussão, mas indicar as razões de não
1043 defender essas praticas, que são as práticas violadoras de direitos humanos
1044 e abusivas. Ed Otsuka diz que, na última gestão do CFP, o Sistema
1045 Conselhos chegou inclusive a defender as CTs. Por isso, entende que é
1046 possível colocar como diretriz a unidade do Sistema, para então, pensar no
1047 enfrentamento. A partir dessa discussão na APAF, pode-se tirar um
1048 posicionamento, porque como este CRP proporá as audiências públicas,
1049 vamos ter que fazer um discurso estratégico e alinhado. Regiane Piva
1050 informa que precisa levar uma proposta meio pronta e acha que seria isso
1051 que teria que se aprovar hoje. Mas que essa proposta talvez precise ser feita
1052 por e-mail. Ressalta a importância que se pondere o que é a Psicologia em
1053 relação a esses atendimentos e onde a Psicologia precisa estar. Assim,
1054 considera que seria importante dizer o reflexo desses processos para o
1055 usuário. Após a discussão em APAF e a definição do posicionamento como
1056 sistema conselhos, que se faça conforme nosso planejamento, que é de
1057 dialogar com todas/os, quando se fala da Psicologia, que se considere
1058 também os usuários e suas famílias. Ed Otsuka entende que teremos que
1059 levar em conta todos os aspectos, esses subsídios e referências e, inclusive,
1060 o que temos construindo no Núcleo de Saúde. Aristeu solicita que seja feito o
1061 registro em Ata que todo esse material da APAF apresentado deverá ter, a
1062 cuidado da secretaria, de a secretaria ter a preocupação, considerando que a
1063 APAF será no próximo final de semana, de destacar um extrato mais rápido
1064 para os membros da delegação, para terem acesso a essas discussões.
1065 Relata que estão fazendo anotações, mas seria importante que essa
1066 discussão fosse disponibilizada. Assim, pede que o material encaminhado
1067 junto a síntese das discussões em plenária sejam enviados aos 5 (cinco)
1068 membros da delegação do CRP na APAF. 8.3.6 - Psicologia e Esporte -



1069 Rodrigo Toledo informa que não há conselheiro coordenando o Núcleo
1070 referente a esse tema e o atual coordenador não mandou subsídio. Assim,
1071 sugere que seja defesa seja da mesma forma como encaminhado para o GT
1072 sobre laicidade. Vinicius Cesca de Lima complementa, que, especificamente
1073 sobre esse GT que há uma questão: o CRP SP não o compõe e, segundo o
1074 subsídio da APAF, o GT se reuniu desde a última APAF. Porém, não temos
1075 informações sobre as discussões realizadas na reunião. 8.3.7 - Demandas
1076 do Judiciário e Ministério Público aos Psicólogos que Atuam nas Políticas de
1077 Saúde e Assistência Social - Ed Otsuka relata que se trata das demandas
1078 encaminhadas para os psicólogos/os da saúde ou da assistência social que
1079 atuam fazendo parecer. Trata-se de um GT que este Regional não compõe,
1080 quem representa a Região Sudeste é o CRP MG. O GT foi criado em
1081 dezembro de 2014 e este Regional foi demandado a mandar subsídios. O GT
1082 trabalhou para elaboração de um documento sobre o tema. Esse documento
1083 chegou a ser discutido, porém, ao ser finalizado, o GT não submeteu à
1084 APAF, e o plenário do CFP – gestão anterior - o aprovou em dezembro de
1085 2016. Portanto, há essa questão de o documento não ter voltado para
1086 discussão e aprovação em APAF. Assim, há ainda a questão de que o
1087 entendimento é que o documento deve ser mais bem discutido no GT, para
1088 posterior submissão para aprovação em APAF. Luiza Emília Sanches Ayala
1089 Pitangui comenta que ao ter ciência sobre essa pauta, lembrou sobre a
1090 aprovação de legislação, em abril, que trará demandas de políticas de saúde
1091 no judiciário. Larissa Gomes Ornelas diz que se trata de uma discussão
1092 recorrente no Ministério Público. Para além da escuta, tem a questão da
1093 curatela, com a lei brasileira de inclusão. No Ministério Público, não há
1094 equipe técnica que trabalha nos processos de judicialização. Ed Otsuka
1095 pontua que essas demandas são rotina nos serviços. O Sistema de Justiça
1096 deve manter equipe qualificada para fazer esse trabalho e não se deve
1097 demandar a equipe dos serviços. Muitas pessoas, quando vão falar sobre as
1098 demandas do judiciário, evocam o nome do CRP. Mauricio Iwai pontua
1099 estavam propondo reunião com os psicólogos/os. Porém, os serviços estão
1100 proibidos de fazer reunião e está frequente a retirada de bebês do cuidado
1101 familiar assim que nascem. Regiane Aparecida Piva pontua que se está
1102 discutindo vários temas em um ponto só. E que talvez fosse interessante
1103 separar um pouco as temáticas como mudança na lei de adoção, Lei
1104 Brasileira da Inclusão. Assim, questiona se a defesa de uma Resolução seria
1105 para defender qual aspecto. Larissa Gomes Ornelas explica que não sabe



1106 qual o tipo de documento deveria ser usado, se seria uma Resolução ou uma
1107 referência técnica, mas a ideia é que seja algum documento a respeito das
1108 demandas para psicóloga/o da saúde e assistência para que produzam
1109 laudos, no sentido de instrumentalizá-los de que não podem produzir esses
1110 laudos. Reforça que as demandas do MP ultrapassam o que está posto na
1111 pauta da APAF. Aristeu Bertelli da Silva relata que estava presente na APAF
1112 que propôs o GT. Ressalta que os órgãos do Sistema de Justiça pautam
1113 muito o CRP. Assim como, muitos que estão envolvidos, como CRAS,
1114 CREAS e outros, são ameaçados pelos órgãos do Sistema de Justiça para
1115 produzirem o laudo. O próprio Conselho Nacional de Justiça afirma que
1116 juízes e juízas utilizam falas ameaçadoras com técnicos que estão na ponta
1117 nos serviços. Assim, é de acordo que o CRP tenha um referencial para os
1118 colegas que estão na ponta, que servem à política pública e sua função não
1119 deve ser confundida com a de perito. Ed Otsuka fala que o documento a ser
1120 produzido deve apresentar a diferença desses papéis. É importante que
1121 fiquem claros esses referenciais, para auxiliar quem está na ponta. Assim,
1122 será possível contar com o referencial técnico e também o subsídio legal.
1123 Regiane Aparecida Piva comenta que a proposta é que o GT seja reativado.
1124 Indica que havia questionado anteriormente sobre o documento a ser
1125 lançado, porque entende que se for feito esse referencial, como citado,
1126 haverá mais força do que o lançamento de uma Resolução. Maria Mercedes
1127 Whitaker Guarnieri, a respeito dos bebês que são sequestrados do cuidado
1128 parental, comenta que há uma Nota Técnica de agosto de 2016 sobre esse
1129 assunto. Informa, ainda, que participou de uma reunião na Defensoria do GT
1130 maternidades, que entende ser um espaço importante. Considera que o CRP
1131 pode se organizar, inclusive com COF, CDH, Núcleo de Saúde e outros
1132 coletivos internos, para realizar um evento para essa divulgação dessa Nota
1133 técnica, pensando em como seria possível divulga-la e que se trata de um
1134 documento que a categoria deseja que seja discutida e se refere a uma
1135 questão que está muito latente. Reginaldo Branco da Silva comenta que sua
1136 única preocupação em relação a formulação deste documento é que não
1137 tenha o sentido de embate. Na sua visão, ter outro foco pode ser mais
1138 efetivo. Dessa forma, pede cuidado com o tom do documento. Mauricio Iwai
1139 entende que o tom deve ser de apontar a necessidade de que o apoio
1140 assistencial e de saúde seja satisfatório para a família. Larissa Gomes
1141 Ornelas sugere que o documento evoque o Código de Ética, pelo princípio
1142 ético envolvido. Maurício Iwai ressalta que a insuficiência dos serviços não



1143 pode justificar um crime do estado. Ainda, que encaminhou uma nota que
1144 escreveu para análise do Núcleo de Justiça. Ed Otsuka concorda com o
1145 exposto por Larissa Gomes Ornelas de que se deve falar do lugar de
1146 Conselho de Psicologia. E, assim, enfrentar a situação de ser claro e
1147 assertivo, com argumentos técnicos, justificando as diferenças. Ressalta que
1148 se deve falar como será a atuação dos psicólogos: quais os parâmetros para
1149 psicóloga/o na Saúde, na Assistência Social e no Sistema de Justiça. 8.3.8 -
1150 Atuação da Psicologia no Contexto de Medidas Socioeducativas - Mercedes
1151 Whitaker Guarnieri informa que o GT se reuniu, mas que o CRP SP não o
1152 compõe. Pelos relatos, percebem que algumas dessas reuniões foram de
1153 curta duração, com discussões que não foram aprofundadas. Ressalta que
1154 São Paulo e Espírito Santo têm questões complexas com relação à execução
1155 da Socioeducação. A região sudeste é representada pelo CRP ES no GT e
1156 está brigando bastante pela questão da psicologia na Socioeducação. Relata
1157 que foi realizada uma nova reunião e a impressão é que tocarão mais as
1158 atividades do GT. Informa, ainda, que está muito articulada com essas
1159 questões na região sudeste, sendo que foi constituído um GT da região, no
1160 qual é a representante do CRP SP. Comenta que Rogerio Giannini informou
1161 que este CRP poderia encaminhar uma justificativa para inclusão do ponto, e
1162 assim, preparou um texto encaminhado para o CFP. Faz a leitura desse
1163 documento que preparou, em que pede ampliação da participação de
1164 membros do GT, de um regional por região, para dois regionais por região.
1165 Pontua que gostaria de compor o GT Nacional. Rodrigo Toledo esclarece
1166 que o material não foi encaminhado ao CFP pois chegou fora do prazo, após,
1167 inclusive, o recebimento da última remessa de materiais da APAF. Um dos
1168 encaminhamentos possíveis seria de enviar o material ao CFP para que veja
1169 a possibilidade de incluir o ponto. Mas, de todo modo, considerar que este
1170 material comporá os materiais de subsídio da delegação de SP. Reginaldo
1171 Branco da Silva questiona já está definido que o documento será uma
1172 resolução. Maria Mercedes Guarnieri esclarece que sim, pois se trata de uma
1173 deliberação de Congresso Nacional da Psicologia. Reginaldo Branco da Silva
1174 questiona qual será a função do GT nesse processo, se será de apresentar a
1175 proposta de fazer uma Resolução ou se o GT também será o responsável
1176 por elaborar a minuta de Resolução.. Vinicius Cesca de Lima explica que o
1177 texto lido por Mercedes é algo produzido no CRP 06, para inclusão de ponto
1178 na APAF. Não se trata de um produto do GT. Ainda, que dentre as tarefas do
1179 GT, não consta a elaboração de Resolução. Mas este CR pode defender que



1180 essa passe a compor as suas tarefas. Outra questão é que é necessário
1181 definir se este CR defenderá o encerramento desse GT e a composição de
1182 um novo para elaborar a minuta de Resolução. Outra questão, é que o CRP
1183 SP não compõe o GT e quer apresentar a proposta de defender a ampliação
1184 para dois CRs de cada região. Porém, pede que seja feita a análise do
1185 impacto político, pois aumentar o número de CRs pode piorar a questão da
1186 relação de forças no GT, piorando a correlação. Da forma como está, há
1187 mais integrantes de CRs em grupos políticos afins, e aumentando, isso pode
1188 mudar e, assim, é importante fazer essa ponderação, pois pode dificultar a
1189 garantia da execução. Regiane Aparecida Piva relembra que quando o GT foi
1190 criado, havia a defesa de se ter uma Resolução e Vinicius Cesca faz a leitura
1191 das agendas do GT, que inclui um “documento orientador”, mas não uma
1192 Resolução. Mercedes Guarnieri informa que, dentre as agendas do GT estão
1193 os debates online, que já ocorreram. Relata que chegou um documento que
1194 seria o esqueleto do documento orientador e que ficou decepcionada com o
1195 teor desse material. Acrescenta que os documentos que o CRP SP produziu
1196 são melhores e diversos. Entende que é importante concretizar a resolução e
1197 que as discussões não estavam tendo qualidade no GT. Com relação ao
1198 trazido por Vinicius, entende que pode ser repensada a questão de ampliar a
1199 composição do GT. Nesse sentido, se dispõe a alterar o documento
1200 produzido, e reencaminhar para a Diretoria, para envio ao CFP.

1201 **Encaminhamento:** A conselheira Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira
1202 Bicudo Guarnieri alterará o documento, que será encaminhado pela
1203 Secretaria ao CFP, na tentativa de que componha o material de subsidio.
1204 Esse material comporá os documentos da delegação. A defesa da delegação
1205 será de que seja feita uma Resolução sobre o assunto. **IX)**

1206 **REORGANIZAÇÃO DA PAUTA** – Às dezesseis horas e trinta minutos a
1207 conselheira Maria Rozineti Gonçalves recorda ao pleno sobre o horário,
1208 conforme discussão anterior sobre a condução da plenária no que se refere
1209 aos horários, e que precisará deixar a plenária às 17 horas. Larissa Gomes
1210 Ornelas informa que precisará sair às 17h30 e que ainda há o ponto da
1211 APAF sobre a Escuta que precisa debater. Rodrigo Presotto coloca que
1212 também somente consegue permanecer na plenária até 17h30. Assim, em
1213 virtude de discutir a APAF, se o plenário decidir dar prosseguimento às
1214 discussões dos pontos da APAF, pede que se repaute o ponto que solicitou
1215 prioridade no início da plenária. Vinicius Cesca de Lima sugere que se
1216 adiante a discussão dos pontos daqueles que precisarão sair antes do fim da



1217 plenária, seguidos pelos pontos pautados pelo CRP SP. Indica-se também a
1218 necessidade de que seja contemplado nessa Plenária o ponto de
1219 recomposições. Regiane Aparecida Piva concorda em repautar o ponto para
1220 o qual se solicitou prioridade no início da Plenária, assim como a priorização
1221 proposta por Vinícius Cesca da Lima. Bruna Lavinias Falleiros sugere que,
1222 havendo garantia do quórum de 09 conselheiras/os ao atingir o teto das
1223 17h30, que a pauta de Recomposições seja discutida após o teto, pois se
1224 trata de uma pauta rápida. Márcio Magalhães comenta que o ponto
1225 Recomposições é um ponto novo, assim, questiona se neste momento pode
1226 priorizar pautas. Bruna Lavinias Jardim Falleiros informa que
1227 “Recomposições” é um ponto permanente. Márcio Magalhães da Silva afirma
1228 que está escrito na pauta “solicitação nova”. Evelyn Sayeg pondera que as
1229 Comissões Gestoras precisam que passe o ponto, para não paralisar
1230 atividades. Regiane Aparecida Piva defende que o ponto da Recomposição
1231 seja discutido ainda com as/os colegas presentes que porventura tiverem
1232 que sair antes , pois entende ser importante o plenário acompanhar a saída e
1233 entrada de novos membros. Aristeu Bertelli da Silva, indica que, na condição
1234 de presidente, precisa se preocupar com qualquer manifestação que
1235 suponha a paralisação de qualquer atividade deste Conselho, e, nesse
1236 sentido, dirige-se diretamente ao conselheiro Márcio Magalhães da Silva, que
1237 é conselheiro e gestor de subsede. Se porventura, qualquer atividade deste
1238 Conselho paralisar porque o plenário não conseguiu compor ou recompor
1239 algum coletivo, é inadmissível. A simples ilação disso é inadmissível! Está-se
1240 discutindo: 1) estender o teto até 17h30; 2) discutir os pontos de APAF que
1241 as conselheiras Maria Rozineti Gonçalves e Larissa Gomes Ornelas Pedott,
1242 que precisarão se retirar antes do fim da plenária, precisam apresentar; 3)
1243 discutir os pontos solicitados pelo CRP SP para pauta da APAF; 4) os
1244 demais pontos de APAF; e, 5) prioridade total ao ponto de Recomposições,
1245 porque esta autarquia não pode parar no que se refere a atividades
1246 ordinárias. Andrea Mataresi solicita que seja registrado em ata a fala de
1247 Márcio Magalhães da Silva de que acha melhor se paralizar o processo de
1248 regionalização da COE em Bauru. Márcio Magalhães da Silva diz que não
1249 precisa que Andrea Mataresi fale por ele. Evelyn Sayeg informa que pautou
1250 alguns pontos pela Comissão de Comunicação e um junto com o GT História
1251 e Memória e que não pode ficar para depois, que a delegação que estará na
1252 APAF precisa estar ciente disso, pois está em articulação com outro CR.
1253 Questiona se será garantida a discussão dos pontos que o CRP pautou,



1254 porque se ficarmos sem discutir será uma problemática para o CRP SP,
1255 parecendo que estamos desarticulados. Aristeu Bertelli da Silva pondera que
1256 se o plenário conseguir concluir a questão sobre a extensão ou não da
1257 plenária, será possível dar conta da pauta indicada. Márcio Magalhães da
1258 Silva registra que não foi o que ele falou, sobre parar nenhuma atividade,
1259 falou que se não desse tempo de passar o ponto da recomposição, ele
1260 acharia ótimo, que isso foi exatamente o que ele falou. Andrea Mataresi
1261 pontua que foi uma fala dele fora do microfone. Márcio Magalhães da Silva
1262 diz que se solicitar para registrar tudo o que Andrea Mataresi falou, ela se
1263 compromete muito mais que ele. Aristeu Bertelli da Silva questiona se a
1264 discussão já foi superada, para seguir com o debate dos pontos de pauta.
1265 **Encaminhamento:** A plenária definiu que darão sequência a discussão dos
1266 pontos de pauta da APAF, dando prioridade aos pontos que serão
1267 apresentados pelas/os conselheiras/os que precisarem sair antes, seguidos
1268 dos pontos pautados pelo CRP SP. Ao atingir às 18h, o plenário apreciará o
1269 ponto de recomposições e finalizará a plenária na sequência. **X) MATERIAIS**
1270 **DA LUTA ANTIMANICOMIAL** – Regiane Aparecida Piva informa que
1271 recebeu uma mensagem de uma colaboradora da Subsede de Bauru.
1272 Começaram os eventos da Luta nesta semana, e ela perguntou se é possível
1273 levar o material para a Subsede já, porque senão não irá chegar. A
1274 colaboradora do Núcleo de Saúde é gestora em Bauru e solicitou que já se
1275 levasse para lá os bottons e camisetas que foram deliberados na reunião do
1276 Núcleo de Saúde, porque irão começar os eventos já nesta semana. Então,
1277 ela pediu, se possível, separar o material para levar. Rodrigo Toledo sugere
1278 que Regiane Piva e Ed Otsuka discutam paralelamente à plenária, para que
1279 o plenário siga a discussão dos pontos de pauta, devido ao pouco tempo. Ed
1280 Otsuka solicita que possa responder, que será breve. Outras subsedes
1281 também já fizeram essa solicitação, mas esse material, conforme já
1282 explicado em reunião do Núcleo de Saúde, é para o 18 de maio. Há um
1283 combinado com o setor de eventos, de que eles levarão e ajudarão a fazer a
1284 distribuição. O que trouxeram é só para mostrar ao plenário o que foi feito. As
1285 subsedes solicitaram material gráfico para imprimirem de acordo com as
1286 atividades que fizerem. Regiane Piva questiona se o material trazido não
1287 será encaminhado às Subsedes e Ed Otsuka explica que não, que é um
1288 material para a ação que será realizada em 18 de maio. **XI) CONTINUAÇÃO**
1289 **DO PONTO “ASSEMBLEIA DAS POLÍTICAS, DA ADMINISTRAÇÃO E**
1290 **DAS FINANÇAS – APAF” – 10.1 - Grupos De Trabalho da APAF – 11.1.1 -**



1291 Minuta de Resolução sobre Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes -
1292 Larissa Gomes Ornelas faz leitura do documento encaminhado por ela sobre
1293 o assunto. Relata que muitas/os técnicas/os têm feito tensionamento para
1294 que a/o adolescente participe da Escuta, intimidando-os dizendo que, caso
1295 não participem, podem prejudicar o andamento do processo. Relata que a/o
1296 adolescente pode participar, caso deseje, mas que não é obrigado a
1297 participar. Ainda, que a Psicologia pode instrumentalizar esse sujeito. É
1298 importante que o CRP se posicione de que não há técnica e ferramenta que
1299 permitam o profissional de extrair alguma informação do sujeito e é
1300 necessário entender de que forma estão sendo feitas essas solicitações e
1301 qual posicionamento pode ser apresentado. Assim, que se pode pensar no
1302 GT como se fortalecem todos esses pontos trazidos e como
1303 instrumentalizarão a categoria para que saibam como atuar nesses casos.
1304 Luciana Mantovani sugere que seja visto o PL da Reforma do Código de
1305 Processo Penal, pois há várias coisas que estão implicadas. Regiane
1306 Aparecida Piva recorda que São Paulo, RJ e ES defendiam que não
1307 adiantaria uma nova resolução sobre escuta, diferente de MG, que foi quem
1308 acabou representando a região sudeste no GT, com compromisso de levar o
1309 posicionamento dos demais estados, mesmo que não convergentes. A tarefa
1310 que tinha encaminhado era de como produzir material que dê conta do
1311 problema da escuta no Brasil, ou seja, como fazer material orientativo que dê
1312 subsídios para psicólogas/os e que dê conta da realidade que é diferente em
1313 todo o Brasil. Larissa Gomes Ornelas indica que São Paulo já tem um
1314 posicionamento sobre qual o papel das/os psicólogas/os nesse contexto e
1315 que é preciso pensar em como instrumentalizar, a partir do Código de Ética.
1316 Entende ser importante a aproximação com as entidades. 11.1.2 - Assuntos
1317 Financeiros - 10.1.2.1 Criação de Um Plano de Contingências, com Plano de
1318 Ajuda Mútua entre CRPs - Reginaldo Branco da Silva comenta que o que
1319 talvez mude em relação ao que havia sido indicado anteriormente, na
1320 justificativa de inclusão do ponto, é se haverá defesa para criação de um GT
1321 para dar conta desse plano de contingências. Assim, caso a APAF seja
1322 favorável à manutenção, que se constitua esse GT. Reforça ainda que,
1323 enquanto o possível GT cria um plano nacional, os regionais podem criar
1324 planos regionais, considerando as especificidades de cada região. **11.2 –**
1325 **Resoluções – 10.2.1 - Resolução CFP Nº 013/2007 (Institui a Consolidação**
1326 **das Resoluções Relativas ao Título Profissional de Especialistas em**
1327 **Psicologia** - Monalisa Muniz Nascimento explica que o ponto tem como



1328 objetivo a discussão em como conseguir derrubar um posicionamento do
1329 Ministério da Justiça de Minas Gerais que retirou do CRP SP o direito de
1330 credenciar cursos de especialista. É uma questão que necessita,
1331 especialmente, de ação do Conselho Federal, por se tratar de tema relativo a
1332 uma Resolução Federal. Reforça que o posicionamento do CRP SP deve ser
1333 no sentido de apoiar a Resolução. **11.3 – Projetos de Lei - 11.3.1 - PL Nº**
1334 **4364/12 que Altera a Lei Nº 5766/71** - Evelyn Sayeg comenta que a Lei
1335 5766/71 cria o Sistema Conselhos e que é um desejo do grupo político que
1336 seja alterada. A reformulação dessa lei é uma pauta debatida desde 2008.
1337 Um dos fatores relevantes sobre a lei vigente é que a mesma foi feita durante
1338 a ditadura e, desde então, houve avanços no processo das políticas
1339 democráticas. E a ideia é que sejam incluídos na lei os espaços
1340 democráticos criados dentro do Sistema Conselhos, como a APAF e o CNP –
1341 Congresso Nacional da Psicologia. Luciana Mantovani conta que o CFP fez
1342 uma Cartilha explicando sobre essas questões e deram entrada no Projeto
1343 de Lei, cujo texto foi elaborado pelo CFP. Comenta que, além da questão de
1344 incluir o COREP e a APAF, há também outras questões, como a ampliação
1345 da suspensão em processos éticos e a retirada da aplicação de penas
1346 pagamentos de multa. Informa que algumas emendas foram apresentadas e
1347 que a gestão passada do CRP era contrária às emendas. Relata que está
1348 tramitando com prioridade, embora esteja a mais de um ano sem avanços.
1349 Atualmente está na Comissão de Seguridade Social. Guilherme Luz Fenerich
1350 e Dario Henrique Teófilo Schezzi foram falar com o líder dessa Comissão,
1351 para solicitar que não fossem aprovadas as emendas. Pondera que o CFP
1352 também deveria fazer articulações nesse sentido, para que o PL seja
1353 aprovado da forma como foi elaborado, sem as emendas. Outra questão
1354 envolvida é que a lei ampliaria a quantidade de conselheiras/os. Sugere
1355 também que se tente articular com o CRP do Espírito Santo para pensar
1356 algumas estratégias de abordagem junto ao deputado Jorge Silva. Ressalta
1357 que é importante ter esse Regional próximo Precisaria ter ES próximo, para
1358 ajudar a defender, marcar uma audiência com os dois deputados, para
1359 garantir que as emendas não sejam aprovadas. Juntamente com o CFP,
1360 deve-se também ter ações no sentido de que o PL avance, no entanto, é
1361 preciso pensar em estratégias considerando a atual realidade da Câmara.
1362 Recorda que, quando o CFP apresentou esse PL, estiverem presentes os
1363 presidentes do CFP e do CRP SP na Câmara. **11.4 – Revista Diálogos -**
1364 Clarice Pimentel Paulon comenta que se trata de um ponto que não foi



1365 discutido na última APAF. O CRP SP manteve o ponto com a perspectiva de
1366 retomar a produção da Revista Diálogos. Articula-se com a pauta do ponto
1367 financeiro da APAF trazida por Vinicius Cesca de Lima. **11.5 – Acupuntura -**
1368 Guilherme Rodrigues Raggi Pereira comenta que não há novidades em
1369 relação a este ponto. Está relacionado com o ponto 26 da pauta da APAF
1370 (Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – Pnpics), que
1371 é um ponto novo pautado na Assembleia. Informa que ideia é que se produza
1372 um novo posicionamento do Sistema Conselho sobre essa prática. **11.6 –**
1373 **Aumento de Membros do Plenário** – Vinicius Cesca de Lima informa que
1374 se trata de uma proposta que o CRP 06 fez de revisão das faixas de base de
1375 inscritos que regulamentam a quantidade de conselheiros. Atualmente, os
1376 Regionais com base acima de 15.000 (quinze mil) psicólogas/os o CRP
1377 possuem 30 conselheiras/os. O CRP SP apresentou uma proposta de
1378 aumento, que impactaria SP, MG e RJ. No entanto, o CRP RJ não possui
1379 interesse em aumentar seu plenário e pediu que fosse vista uma forma para
1380 que não fossem impactados, pela mudança nos critérios. Por isso, este CRP
1381 alterou a proposta, e agora para também é considerada a quantidade de
1382 subsedes. Sendo a regra aplicada àqueles que possuem 5 (cinco) ou mais
1383 subsedes. O CRP RJ, que possui somente 3 (três) subsedes, não será mais
1384 impactado. Rodrigo Presotto questiona se essa proposta está condicionada
1385 ao aumento do número de gestores, também. Vinicius Cesca esclarece que
1386 para alterar o plenário é necessário alterar a Resolução do CFP, com
1387 impacto a partir da gestão seguinte. Já o que regulamenta o número de
1388 gestores é o Regimento Interno do Regional, mas quem o aprova é o
1389 Conselho Federal. O plenário passado do CFP se recusou a fazer alteração,
1390 mas agora é possível reforçar a solicitação. Explica que o diálogo nesse
1391 sentido já foi retomado, mas este CRP SP quer também incluir CPP, CDH e
1392 CACI como comissões permanentes e regimentais e, por isso, ainda não
1393 encaminhou a versão atualizada da minuta do Regimento para aprovação do
1394 CFP. **11.7 – Coaching** - Guilherme Rodrigues Raggi Pereira explica que não
1395 há alteração no ponto. Foi pautado para solicitar um posicionamento novo do
1396 Sistema Conselhos sobre o assunto. **11.8 – Escuta Especial de Crianças e**
1397 **Adolescentes** - Indica-se que esta discussão já está contemplada pela
1398 discussão sobre o GT Minuta de Resolução sobre Escuta Psicológica de
1399 Crianças e Adolescentes. **11.9 - Revisão do CPD** - Bruna Lavinias Jardim
1400 Falleiros comenta que no grupo para revisão do CPD há indicativo que na
1401 próxima reunião de presidentes de COE e COF, haja um momento somente



1402 com a COE para discutir o CPD. Os encaminhamentos já estão sendo
1403 compilados pela COE sobre o posicionamento que o CRP vai levar para a
1404 reunião. Cita que, por exemplo, em pedidos de reconsideração, somente em
1405 5% dos casos há alteração na decisão. Assim, uma das questões que estão
1406 sendo pensadas é alterar a forma, para que somente quando a decisão não
1407 for unanime. Indica que a COE continuará no GT e o plenário pode
1408 encaminhar sugestões. O GT foi criado, mas ainda não haviam sido
1409 chamadas reuniões. **11.10 - Revalidação ou Adaptação de Testes e/ou**
1410 **Instrumentos Psicológicos para Utilização de Psicólogos e Estudantes**
1411 **de Psicologia com Deficiência Sensorial (Audição e Visão) –** Suely
1412 Castaldi Ortiz da Silva indica a importância do ponto, especialmente, porque
1413 cada vez mais existem casos de estudantes com deficiências sensoriais.
1414 **11.11 - Especialidades em Psicologia –** Monalisa Muniz Nascimento
1415 comenta que se trata de um ponto remanescente e que a função do CRP
1416 está relacionada à questão profissional, portanto, é função do CRP emitir
1417 esse tipo de credenciamento, mesmo que de núcleos formadores. Devido ao
1418 adiantado da hora, não será possível uma discussão aprofundada deste
1419 ponto. **11.12 - Construção de Portal Unificado para o Sistema Conselhos**
1420 – Evelyn Sayeg relata que vê prejuízo no fato de que a delegação não esteja
1421 ciente da articulação realizada entre o CRP SP e CRP MG. Mas pede que
1422 seja feita conversa com o CRP MG, considerando que é uma pauta conjunta,
1423 no sentido de fazer essa proposta ser tocada. **XII) RECOMPOSIÇÕES DE**
1424 **COMISSÕES GESTORAS, PERMANENTES, NÚCLEOS, GRUPO DE**
1425 **TRABALHO E COLETIVOS INTERNOS – 12.1) •Subsede de Assis -**
1426 Indica-se a inclusão de Juliana Paula de Oliveira (06/104786) e Maria
1427 Cristina Gonçalves Pelegrini (06/126641) como colaboradoras da Subsede
1428 de Assis. Informa-se que as duas psicólogas estão na organização do
1429 Prêmio Arthur Bispo do Rosário. Relata-se que houve problemas com a
1430 participação delas na reunião de organização por elas não serem
1431 colaboradoras. Ed Otsuka explica que a dificuldade de participação foi devido
1432 ao recurso de audioconferência, que uma delas resolveu não participar por
1433 ser cientificada dos custos e a outra já havia justificado ausência na reunião.
1434 **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões indicadas. **12.2) Subsede de**
1435 **Campinas –** Propõe-se exclusão dos membros Daniel Brandão de Souza
1436 (06/53570) e de Felipe Ferreira Pinto (06/124488) da Comissão Gestora da
1437 Subsede e a inclusão de Virgílio Paulo da Silva Alves (06/103933).
1438 **Encaminhamento:** Aprovadas as exclusões e a inclusão propostas. **12.3)**



1439 **Subsede Ribeirão Preto** – Indica-se a exclusão do membro Ariel Barato
1440 Gomyde (06/110958) da Comissão Gestora da Subsede de Ribeirão Preto.
1441 **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão de membro indicada. **12.4)**
1442 **Subsede de Sorocaba** - Indica-se a inclusão de Henocho Pedro Rodrigues
1443 Junior (06/135502) como membro da Comissão Gestora da Subsede de
1444 Sorocaba. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão de membro indicada.
1445 **12.5) Comissão de Direitos Humanos** - Indica-se a exclusão dos membros
1446 Bruno Simões Gonçalves (CRP 06/109975), Maria Orlene Daré (CRP
1447 06/3330) e Vania Conselheiro Sequeira (CRP 06/41757) da Comissão de
1448 Direitos Humanos. Reginaldo Branco da Silva explica que Bruno Simões
1449 Gonçalves não participou das últimas três reuniões e não apresentou
1450 justificativa, Maria Orlene Daré comporá a Comissão Nacional de Direitos
1451 Humanos e, por isso, deixará a regional e Vânia Conselheiro Sequeira
1452 solicitou deixar a Comissão. A conselheira Mary Ueta solicita que seja revista
1453 a exclusão de Bruno Simões Gonçalves, pois esteve com ele recentemente e
1454 ele manifestou o interesse em continuar. Indica-se ainda a inclusão de Maico
1455 Fernando Costa (06/114070) como membro pela subsede de Assis.
1456 **Encaminhamento:** Aprovada as exclusões de Maria Orlene Daré e Vania
1457 Conselheiro Sequeira da Comissão de Direitos Humanos. O plenário define
1458 que deverá ser dialogado com Bruno Simões Gonçalves sobre a questão e,
1459 caso se defina pela exclusão, que seja novamente pautado em plenária.
1460 Aprova-se, ainda, a inclusão proposta. **12.5.1) Entidades colaboradoras** –
1461 Indica-se a inclusão do Movimento Nacional de Direitos Humanos como
1462 entidade colaboradora da Comissão. **Encaminhamento:** Aprovada a
1463 inclusão suscitada. Deverá ser solicitado um nome de São Paulo para
1464 representar a entidade na Comissão. **12.6) Comissão de Ética – 12.6.1 –**
1465 **Subsede da Baixada Santista e Vale do Ribeira** – Indica-se a inclusão de
1466 Annie Louise Saboya Prado (06/86192) e Fernando Aparecido Figueira do
1467 Nascimento (06/78020) como membros da COE na subsede. Ainda, a
1468 inclusão de Annie Louise Saboya Prado como membro da Comissão de
1469 Instrução na subsede. **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões
1470 suscitadas. **12.6.2 – Subsede de Bauru** – Os conselheiros Regiane
1471 Aparecida Piva e Márcio Magalhães da Silva solicitam a saída da Comissão
1472 de Ética da Subsede de Bauru. Regiane Aparecida Piva relata que estava na
1473 Comissão de Instrução e que se verificou que não há pendências, por isso,
1474 solicita sua saída. Márcio Magalhães da Silva informa que seu pedido de
1475 exclusão de dá por motivos particulares. A presidente da Comissão de Ética,



1476 Andrea Mataresi solicita que seja feito o indicativo de 5 (cinco) nomes da
1477 região para as reunião do processo de regionalização, conforme cronograma
1478 aprovado na plenária de janeiro. Marcio Magalhães da Silva relata que,
1479 embora saiba que precisa da indicação de 5 (cinco) nomes, entende que sua
1480 saída não interferirá na interiorização. Ressalta que 3 (três) indicações já
1481 estão certas. Andrea Mataresi pontua que considera três pessoas um
1482 número baixo, o acordado foi que cada subsede fizesse a indicação de 5
1483 (cinco) a 7 (sete). Vinicius Cesca de Lima sugere que seja encaminhado que
1484 a Plenária de 10 de junho seja o prazo limite para a indicação de nomes das
1485 subsedes de Bauru e Ribeirão Preto para a regionalização da COE.
1486 **Encaminhamento:** Aprovadas as exclusões indicadas. As subsedes de
1487 Bauru e de Ribeirão Preto deverão indicar os nomes para a regionalização
1488 da COE até a Plenária Ordinária de 10 de junho. 12.6.3 – Subsede de
1489 Campinas – Indica-se a inclusão de Gustavo de Lima Bernardes Sales
1490 (06/87121) como colaborador de COE na subsede. **Encaminhamento:**
1491 Aprovada a inclusão indicada. 12.6.4 – Sede - Indica-se a exclusão de
1492 Beatriz Borges Brambilla (06/98368) como colaborador de COE na sede. A
1493 exclusão foi solicitada pela própria conselheira. Indica-se, ainda, a inclusão
1494 de Ed Otsuka (06/73247), Evelyn Sayeg (06/120482), Fabio Souza Santos
1495 (CRP/70965), Mauricio Marinho Iwai (CRP/23689), Rodrigo Fernando
1496 Presotto (CRP/86342) e Stella Maris Colonato (CRP 06/49874), como
1497 membros da Comissão de Ética, especificamente devido a um projeto de
1498 análise de processos éticos envolvendo comunidades terapêuticas. Ivani
1499 Francisco de Oliveira questiona como será o funcionamento do grupo, se
1500 também circulará pelas subsedes, citando que há uma questão específica na
1501 subsede do ABC. Assim, é uma necessidade de todo o CRP. Andrea
1502 Mataresi explica que a ideia é que esse grupo cuide de um projeto da COE.
1503 Será responsável por produzir conteúdo, que será compartilhado com as/os
1504 colaboradoras/es e para a categoria, a partir do identificado nos processos
1505 éticos. Relata que consultou o núcleo de saúde para isso. Aristeu Bertelli da
1506 Silva, sobre a questão trazida por Ivani, pede que seja compartilhada com a
1507 Diretoria, para que possam auxiliar. **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão
1508 e as inclusões indicadas. 12.6.4.1 – Comissão Gestora Metropolitana –
1509 Indica-se a inclusão de Cinara Brito de Oliveira (06/92199), Débora Laís Silva
1510 de Oliveira (06/131946) e Zilma Silva dos Santos Nascimento (06/27998-5)
1511 como colaboradoras de CI na Sede. **Encaminhamento:** Aprovadas as
1512 inclusões indicadas. **12.7 – Comissão de Comunicação** - Indica-se a



1513 exclusão das conselheiras Beatriz Borges Brambilla e Mary Ueta da
1514 Comissão. As próprias conselheiras solicitaram a exclusão.
1515 **Encaminhamento:** O plenário acolheu o pedido de exclusão citado. **12.8 –**
1516 ***Comissão de Orientação e Fiscalização – 12.8.1 – Subsede da Baixada***
1517 ***Santista e Vale do Ribeira*** - Propõe-se a inclusão de Mayara Lopes Vianna
1518 (06/111606) e Carlos Eduardo Pedroso (06/97889) como membros da COF
1519 na Subsede da Baixada Santista e Vale do Ribeira. **Encaminhamento:**
1520 Aprovadas as inclusões propostas. **12.9 – Comissão Gestora**
1521 ***Metropolitana*** – Indica-se a inclusão de Cinara Brito de Oliveira (06/92199),
1522 Débora Laís Silva de Oliveira (06/131946) e Zilma Silva dos Santos
1523 Nascimento (06/27998-5). **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões
1524 indicadas. **12.10 – GT VIII Prêmio Arthur Bispo do Rosário** – A subsede de
1525 Assis indica Juliana Paula de Oliveira (06/104786) e Maria Cristina
1526 Gonçalves Pelegrini (06/126641) no GT VIII Prêmio Arthur Bispo do Rosário.
1527 Explica-se que não há esse GT e que elas já estão na Comissão
1528 Organizadora do Prêmio. Portanto, não há o que ser deliberado. **12.11 –**
1529 ***Núcleo de Assistência Social*** – Indica-se a inclusão de Joaquim Marciano
1530 Ribeiro Filho como membro suplente pela Subsede de São José do Rio
1531 Preto. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão. **12.12 – Núcleo de**
1532 ***Emergências e Desastres – 12.12.1 – São José do Rio Preto*** - Indica-se a
1533 inclusão como membro de titular pela Subsede de São José do Rio Preto de
1534 Vinicius Schumacher de Almeida (06/135859). **Encaminhamento:** Aprovada a
1535 inclusão indicada. **12.12.2 - Subsede Baixada Santista** – Indicada a inclusão
1536 de Annie Louise Saboya Prado (06/86192) e a exclusão de Rafael Garcia
1537 Morcillo Junior (CRP 95257). **12.12.3 – Comissão Gestora Metropolitana -**
1538 Indica-se a exclusão do membro Joari Aparecido Soares de Carvalho
1539 (06/88775) pela região Metropolitana. **Encaminhamento:** Aprovada a
1540 exclusão indicada. **12.12.4 – Entidades** – Sugeridas as inclusões das
1541 entidades CEPED/USP, Monades, Cruz Vermelha e Médicos Sem
1542 Fronteiras. **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões de entidades
1543 indicadas. **12.13 – Núcleo de Psicologia, Laicidade e Religiosidade –**
1544 Propõe-se a inclusão de Plínio Barbosa Bronzeri (06/85122) como membro
1545 suplente pela região Metropolitana. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão
1546 sugerida. **12.14 – Núcleo de Psicologia e Povos Tradicionais** – Indica-se a
1547 inclusão, como entidades colaboradoras, de CAPISP- Comissão de
1548 Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo, do Instituto de Psicologia da
1549 USP, da Rede de Atenção à pessoa indígena e do Laboratório de



1550 Etnopsicologia da USP- FFCLRP. **Encaminhamento:** Aprovada as inclusões
1551 de entidades sugeridas. **12.15 – Núcleo de Psicologia e Relações**
1552 **Etnorraciais** – Indica-se a inclusão de Beatriz Cristina da Silva
1553 (06/123596) como membro titular pela Subsede de Ribeirão Preto.
1554 **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão proposta. **12.16 – Núcleo de**
1555 **Psicoterapias** – 12.16.1 – Metropolitana - Indica-se a inclusão de Rafael
1556 Muscalu Raicher (06/98217) como membro suplente pela região
1557 Metropolitana. 12.16.2 – Subsede de Bauru – Indica-se a exclusão de Álvaro
1558 Zanini Netto (06/126626) e a inclusão de Sarah Faria Abrão Teixeira
1559 (06/132287) como membro titular pela subsede. **Encaminhamento:**
1560 Aprovadas a inclusão e as exclusões propostas. **12.17 – Núcleo de**
1561 **Sexualidade e Gênero** - 12.17.1 – Subsede de Campinas – Propõe-se a
1562 exclusão de Carla Fernandes de Andrade (06/106306) e a inclusão de
1563 Jaciara Cristina da Silva (06/137886), como membro titular pela subsede.
1564 **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão e a inclusão propostas. 12.17.2 –
1565 Colaborador – Propõe-se a inclusão de Leona Molaia (06/125036) como
1566 colaboradora do Núcleo. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão proposta.
1567 **12.18 – Núcleo Trânsito e Mobilidade Urbana** - 12.18.1 – Entidades
1568 Colaboradoras – Indica-se a inclusão do Conselho Estadual de Trânsito –
1569 CETRAN como entidade colaboradora do Núcleo, sendo Carla Aparecida dos
1570 Santos (06/97598), membro titular e Priscila Félix Delgado (06/100897)
1571 membro suplente. **Encaminhamento:** Aprovada a Inclusão do Conselho
1572 Estadual de Trânsito – CETRAN como entidade colaboradora. 12.18.2 -
1573 Subsede de Sorocaba – Indica-se a exclusão da membro titular Ivana do
1574 Carmo Souza (06/90362) pela Subsede de Sorocaba. **Encaminhamento:**
1575 Aprovada a exclusão sugerida. 12.18.3 – Subsede de Ribeirão Preto –
1576 Propõe-se exclusão da membro titular Daniela Ignácio de Pausa (06/62386)
1577 e a inclusão de Beatriz Marques de Mattos (06/108613) pela Subsede de
1578 Ribeirão Preto. **Encaminhamento:** Aprovadas a exclusão e a inclusão
1579 sugeridas. **12.19 – Núcleo de Criança e Adolescente** – Indica-se a inclusão
1580 de Suely Ortiz como membro suplente pela Subsede de Campinas.
1581 **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão indicada. **12.20 – Núcleo de**
1582 **Justiça** – Indica-se a inclusão da Associação dos Assistentes Sociais e
1583 Psicólogos do Tribunal de Justiça de São Paulo (AASPTJ/SP) e da
1584 Associação de Servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo
1585 (ASDPESP) como entidades colaboradoras do Núcleo de Justiça.
1586 **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão indicada. **XIII) REPRESENTAÇÃO**



1587 **EM ENTIDADES – 13.1) Conselho Municipal de Assistência Social de**
1588 **Mairinque** – A Comissão Gestora da Subsede de Sorocaba solicita a
1589 inclusão de Izilda Aparecida Matheus Molinari Ramos (06/18751) como
1590 representante do CRP SP no Conselho Municipal de Assistência Social de
1591 Mairinque. **Encaminhamento:** O plenário referenda a representação de
1592 Izilda Aparecida Matheus Molinari Ramos no Conselho Municipal de
1593 Assistência Social de Mairinque. **XIV) AGENDA DE REUNIÕES DOS**
1594 **NÚCLEOS** – Há indicativo de que alguns núcleos já definiram a agenda de
1595 reuniões, mas as datas não constam na pauta para aprovação da plenária.
1596 Assim, solicita-se a Secretaria que verifique essas informações para que
1597 possa encaminhar para aprovação da plenária. Cita-se que os núcleos de
1598 Assistência Social, Relações Etnicorraciais e Saúde já possuem calendários.
1599 Ivani Francisco de Oliveira questiona sobre casos de necessidade de alterar
1600 o calendário, como é possível proceder. Vinicius Cesca de Lima elucida que
1601 nos casos que não puder mandar as alterações para plenária, por prazo,
1602 pode ser marcada uma reunião extraordinária e cancelar posteriormente a
1603 reunião agendada. **14.1 Núcleo de Justiça** – Calendário de reuniões
1604 proposto: 18/05 (19h às 22h), por videoconferência; 30/06 (19h às 22h)
1605 presencialmente; 19/07 (19h às 22h) por videoconferência; 18/08 (19h às
1606 22h) presencialmente; 20/09 (19h às 22h) por videoconferência; 20/10 (19h
1607 às 22h) presencialmente; 22/11 (19h às 22h) por videoconferência e 15/12
1608 (19h às 22h) presencial. **Encaminhamento:** Aprovado o calendário
1609 apresentado. **14.2 Núcleo de Sexualidade e Gênero** - Calendário de
1610 reuniões proposto: 02/06 (19h), à distância; 07/07 (19h), à distância; 05/08
1611 (09h), presencialmente; 01/09 (19h), à distância; 07/10 (09h),
1612 presencialmente; 27/10 (14h30), presencialmente; e, 02/12 (09h),
1613 presencialmente. **Encaminhamento:** Aprovado o calendário apresentado.
1614 **14.3 Núcleo Trânsito e Mobilidade Urbana** – Calendário de reuniões
1615 proposto: 29/04, presencialmente; 12/05, à distância; 27/05, ampliada em
1616 São José do Rio Preto e Ação Política em Catanduva; 17/06, reunião no
1617 Grande ABC e ação política a definir; agosto ainda sem data definida, à
1618 distância; 22 ou 23 de setembro, na região do Vale do Paraíba e Litoral Norte
1619 e ação política (em articulação com o Movimento Voz do Trânsito) por
1620 videoconferência; e novembro ainda sem data definida – reunião e ação
1621 política em Ribeirão Preto. **Encaminhamento:** Aprovado o calendário
1622 proposto. **14.4 Núcleo de Psicologia e Deficiência** - Calendário de reuniões
1623 proposto: 06/07 (19h30), à distância; 11/08 (19h) presencialmente; 14/09



1624 (19h30), à distância; 23/09 (09h às 12h), reunião aberta; 19/10 (19h30), à
1625 distância; 10/11 (19h), presencial; 07/12 (19h30), à distância.
1626 **Encaminhamento:** Aprovado o calendário proposto. **XV) PONTOS PARA A**
1627 **PRÓXIMA PLENÁRIA** – Tendo em vista o adiantado da hora, o plenário
1628 acordou que os pontos restantes sejam repautados na Próxima Plenária
1629 Ordinária: 1) Assuntos Financeiros; Participação de Colaboradores em
1630 Reuniões de Núcleos e Comissões na Sede; 3) Avaliação do Planejamento
1631 Estratégico; Avaliação do Processo De Trabalho dos Conselheiros; 4)
1632 Coordenação dos Núcleos Territoriais; 5) Diretriz Política da Gestão do CRP
1633 SP; 6) CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas
1634 Públicas - Reimpressão de Referências e Indicação de Especialistas para
1635 Comissões Ad-Hoc CREPOP; 7) Comunicação; 8) Conselho Penitenciário do
1636 Estado de São Paulo; 9) Avaliação e Encaminhamentos sobre a
1637 Manifestação das Assistentes Técnicas sobre Processo de Interiorização da
1638 COE; e, 10) Aplicativo CRP SP. Nada mais havendo a tratar, o senhor
1639 conselheiro presidente deu por encerrada a sessão às 18 horas e dezoito
1640 minutos, da qual eu, conselheiro secretário, Rodrigo Toledo, lavrei a presente
1641 Ata, que lida e aprovada será assinada por todos os presentes. São Paulo,
1642 treze de maio de dois mil e dezessete.

Andrea Mataresi

Aristeu Bertelli da Silva

Clarice Pimentel Paulon

Evelyn Sayeg

Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

Maria Rozineti Gonçalves

Monalisa Muniz Nascimento

Regiane Aparecida Piva

Reginaldo Branco da Silva

Rodrigo Toledo

Suely Castaldi Ortiz da Silva

Vinicius Cesca de Lima



Beatriz Marques de Mattos

Bruna Lavinias Jardim Falleiros

Ed Otsuka

Edgar Rodrigues

Ivana do Carmo Souza

Ivani Francisco de Oliveira

Larissa Gomes Ornelas Pedott

Magna Barboza Damasceno

Márcio Magalhães da Silva

Maria Mercedes Whitaker Kehl

Vieira Bicudo Guarnieri

Mary Ueta

Mauricio Marinho Iwai

Rodrigo Fernando Presotto

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br